



Centro
Paula Souza



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO



PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO

LUÍS FELIPE AIRES MAGALHÃES

LÚCIA BÓGUS

(ORGANIZADORES)

CIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA



A expansão do Ensino Técnico no Brasil, fator importante para melhoria de nossos recursos humanos, é um dos pilares do desenvolvimento do País. Esse objetivo, dos governos estaduais e federal, visa à melhoria da competitividade de nossos produtos e serviços, vis-à-vis com os dos países com os quais mantemos relações comerciais.

Em São Paulo, nos últimos anos, o governo estadual tem investido de forma contínua na ampliação e melhoria da sua rede de escolas técnicas – Etecs e Classes Descentralizadas (fruto de parcerias com a Secretaria Estadual de Educação e com Prefeituras). Esse esforço fez com que, de agosto de 2008 a 2011, as matrículas do Ensino Técnico (concomitante, subsequente e integrado, presencial e a distância) evoluíssem de 92.578 para 162.105. Em 2018 foram registradas 435.004 inscrições para 119.891 vagas em cursos para os períodos da manhã, tarde, noite e integral.

A garantia da boa qualidade da educação profissional desses milhares de jovens e de trabalhadores requer investimentos em reformas, instalações, laboratórios, material didático e, principalmente, atualização técnica e pedagógica de professores e gestores escolares.

A parceria do Governo Federal com o Estado de São Paulo, firmada por intermédio do Programa Brasil Profissionalizado, é um apoio significativo para que a oferta pública de Ensino Técnico em São Paulo cresça com a qualidade atual e possa contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado e, conseqüentemente, do País.

Almério Melquíades de Araújo
Coordenador do Ensino Médio e Técnico



CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Diretora Superintendente

Laura Laganá

Vice-Diretor Superintendente

Emilena Lorezon Bianco

Chefe de Gabinete da Superintendência

Armando Natal Maurício, respondendo pelo expediente

REALIZAÇÃO

Unidade do Ensino Médio e Técnico

Coordenador

Almério Melquíades de Araújo

Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão - Cetec

CapacitaçõesResponsável

Lucília dos Anjos Felgueiras Guerra

Responsável Brasil Profissionalizado

Silvana Maria Brenha Ribeiro

Professor Coordenador de Projetos

Davi Gutierrez Antonio

Parecer Técnico

Camila Rodrigues da Silva

Revisão de Texto

Leonor de Fátima Bueno Wanderley

Projeto Gráfico e diagramação

Diego Santos

CIDADES

E POLÍTICAS PÚBLICAS

APRESENTAÇÃO

A cidade como espaço físico, mental e emocional, carrega consigo valores, sentimentos e ações. Sua urbanidade foi formada para e pela sociedade, leva e configura-se como elemento tofófico e tofílico, constituindo-se de domínio público por excelência, mas sobre o arbítrio do capital especulativo. É nessa dialética que o curso Cidade e Políticas Públicas busca pensar, com o professor cursista, em como promover o bem maior da coisa pública, a res pública. Dessa forma, este material vem lidar com a temática da crise urbana apresentando uma coletânea de textos que vão propiciar aos docentes os fundamentos para questionar, gerir e propor novas ações da gestão pública da cidade, fazendo emergir diferentes discursos sobre a constituição do espaço urbano e o vínculo da sociedade com ele.

Assim, os textos presentes neste material levarão o professor a uma nova postura e a gerar, com seus alunos nas escolas, novas ações para e pela cidade.

Davi Gutierrez Antonio

Coordenador de projetos - Geografia

SUMÁRIO

Introdução 11

Reconversão econômica no município de São Paulo:
transformações no mercado de trabalho
e redistribuição espacial da população 13

 Lucia M. M. Bógus
 Rafael Soares Serrao
 Suzana Pasternak
 Luís Felipe Aires Magalhães

A expansão imobiliária no centro da cidade
de São Paulo: especulação, valorização e gentrificação 32

 Matheus Lima
 Lucia Bógus

Reconversão econômica e novos imigrantes
internacionais no município de São Paulo 53

 Luís Felipe Aires Magalhães

A categoria território e seus deslizamentos conceituais 82

 Mônica de Carvalho

Para Ler, ver e ouvir 90

 Natália D'Agostin Alano

INTRODUÇÃO

Prezado professor participante do curso Cidades e Políticas Públicas e demais leitores.

Este material pedagógico é voltado à reflexão e discussão em sala de aula sobre a contemporaneidade da questão urbana e os principais conceitos e categorias da sociologia urbana. Discutiremos também a necessidade e os desafios da implantação e avaliação de políticas públicas, destacando a importância do uso de fontes de dados sociodemográficos. Abordará especialmente as desigualdades socioespaciais, entendendo-as como consequências inerentes ao processo de expansão urbana no Brasil, no qual a terra urbana converte-se de espaço da valorização do capital em objeto da valorização do capital, isto é, processo em que a especulação fundiária e imobiliária media as relações de uso e de troca do solo urbano. Analisaremos especialmente o crescimento urbano na cidade de São Paulo, desvelando do seu processo de urbanização não apenas a metropolização em curso como também a formação de uma nova unidade regional, a Macrometrópole Paulista (MMP), cidade-região com características importantes do ponto de vista econômico, social e político.

Esta apostila apresentará, com isso, um conjunto de textos e reflexões sobre esses processos, além de um artigo intitulado Para ler, ver e ouvir, no qual serão apresentados livros, filmes, documentários e músicas sobre os temas do curso. O propósito é que essas produções ampliem a capacidade de compreensão das múltiplas dimensões do fenômeno urbano, permitindo a apreensão dessa realidade não apenas teórica e metodologicamente, como também artística e culturalmente. Com esse capítulo, buscamos, ainda, capilarizar esta apostila para as salas de aula, tendo em vista a potencialidade pedagógica do uso dessas produções em aulas, debates e outras atividades conduzidas pelos professores das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs).

Os demais textos farão referência constante às pesquisas e metodologias do Observatório das Metrópoles (PUC – SP) e do Observatório das Migrações (Núcleo de Estudos de População ‘Elza Berquó’, da UNICAMP), projetos temáticos aos quais estão vinculados os autores e organizadores não apenas deste material pedagógico mas também os expositores do curso Cidades e Políticas Públicas.

Convidamos os leitores a pensar criticamente os processos de crescimento urbano, segregação urbana, vulnerabilidades socioespaciais, deterioração urbana e gentrificação, buscando identificar as origens econômicas e sociais destes processos, e como eles exigem a elaboração de políticas públicas. Tais processos, por mais que possam ser entendidos dentro de uma generalidade teórica, possuem especificidades regionais importantes, de modo que a vinculação dos conceitos e categorias à realidade do município em que está instalada a sua Etec é um passo fundamental do processo de reflexão sobre a questão urbana e as políticas públicas.

Luís Felipe Aires Magalhães
Lúcia Bógus

Organizadores
2019

RECONVERSÃO ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Lucia M. M. Bógus¹

Rafael Soares Serrao²

Suzana Pasternak³

Luís Felipe Aires Magalhães⁴

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva elaborar reflexões e fornecer informações qualitativas e quantitativas sobre o processo de reconversão econômica em curso na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) nas últimas décadas, especialmente através da análise das transformações no mercado de trabalho. Utilizaremos como fontes de dados para essa reflexão a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), os Censos Demográficos (de 1940 a 2010), as estimativas populacionais de 2017, as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos do Ministério do Trabalho e Emprego

1- Socióloga, professora titular do Departamento de Sociologia da PUC-SP e coordenadora do Observatório das Metrópoles, núcleo São Paulo.

2- Educador sindical da Escola Sindical Sul da CUT, localizada em Florianópolis – SC, pesquisador do Projeto Observatório das Metrópoles - Núcleo São Paulo, desenvolvido no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

3- Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela Penn Institute for Urban Research. Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo.

4- Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, e pesquisador no Observatório das Metrópoles de São Paulo (PUC-SP) e no Observatório das Migrações em São Paulo (Unicamp).

(MTE) e ainda a pesquisa Informações dos Municípios Paulistas, da Fundação Seade. Nossa intenção é a de refletir teoricamente sobre como o processo de reconversão econômica, que ocorreu no município de São Paulo a partir dos anos 1970, e seus impactos no mercado de trabalho (população economicamente ativa, população em idade ativa, pessoal ocupado formalmente segundo os setores de atividade econômica e taxa de desemprego) e na redistribuição populacional no município de São Paulo, na Região Metropolitana de São Paulo e no próprio Estado de São Paulo. A partir dessa reflexão buscaremos explicitar algumas das principais características da desconcentração populacional em curso, nesses contextos, desde as últimas décadas do século XX.

SÃO PAULO: CRESCIMENTO POPULACIONAL E METROPOLIZAÇÃO

A Região Metropolitana de São Paulo é constituída pelo município de São Paulo e por outros 38 municípios⁵ que se agrupam em torno da Capital do estado e são diretamente por ela polarizados, ainda que com distintas intensidades. Os 39 municípios que formam a Região Metropolitana de São Paulo representam 3,24% do total do território do estado, numa área de 8.051 km², concentrando, em 2010, aproximadamente 48% da população de todo o estado (em 2017, essa participação se reduziu para 47%).

A Tabela 1 apresenta dados sobre o crescimento populacional no município de São Paulo, na Região Metropolitana de São Paulo e no estado de São Paulo, bem como algumas proporções, indicativas de processos de concentração e desconcentração populacional.

Tabela 1 – População total e relativa do município de São Paulo e da Região Metropolitana de São Paulo (1940 a 2017)

ANO	MSP	RMSP	ESP	RMSP/ESP	MSP/RMSP	MSP/ESP
1940	1.326.261	1.568.045	7.180.316	21,8	84,6	18,5
1950	2.198.096	2.688.901	9.134.423	29,2	81,8	24,1
1960	3.781.446	4.791.245	12.823.806	37	78,9	29,5
1970	5.929.206	8.139.730	17.771.948	45,8	72,8	33,4
1980	8.493.226	12.588.745	24.953.238	50,3	67,5	34
1991	9.610.659	15.369.305	31.436.273	49,4	62,5	30,6
2000	10.435.546	17.878.703	37.032.403	48,3	58,4	28,2
2010	11.253.503	19.683.975	41.252.162	47,7	56,7	27,3
2017	12.106.920	21.390.624	45.094.624	47	57	27

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2010; Estimativas Populacionais de 2017. Elaboração: os autores, 2017.

5- Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Da Tabela 1 podemos inferir i) a existência de um processo de concentração da população paulista na Região Metropolitana de São Paulo de 1940 a 1980 e sua desconcentração da década de 1980 em diante; ii) o mesmo acontece em relação à concentração da população paulista no município de São Paulo e ainda; iii) a existência de um processo de desconcentração da população da Região Metropolitana de São Paulo no município de São Paulo, processo esse em curso desde a década de 1940 e que apenas em 2017 sofre leve interrupção⁶.

Refinando a análise da evolução populacional através das taxas geométricas de crescimento anual da população através da Tabela 2, conclui-se que o período de maior expansão da RMSP ocorreu entre as décadas de 1940 e 1960, período marcado por forte incremento de indústrias vinculado, principalmente, às rodovias recém-abertas e à forte migração interna que marcou aquelas décadas. Essa etapa foi marcada pelo surgimento de novas áreas de concentração industrial, elementos importantes para a constituição da estrutura urbana metropolitana.

Tabela 2 – Taxas geométricas de crescimento anual da população (Município de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Estado de São Paulo, 1940 a 2017)

Período	Tx Cresc MSP	Tx Cresc RMSP	Tx Cresc ESP
1940 - 1950	5,18	5,54	2,44
1950 - 1960	5,58	5,95	3,45
1960 - 1970	4,60	5,44	3,32
1970 - 1980	3,66	4,46	3,45
1980 - 1991	1,13	1,83	2,12
1991 - 2000	0,92	1,69	1,84
2000 - 2010	0,76	0,97	1,08
2010 - 2017	1,05	1,19	1,28

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1940 a 2010; Estimativas Populacionais de 2017. Elaboração: os autores, 2017

Outra evidência importante é que, de 1940 a 2017, a Região Metropolitana de São Paulo apresentou sempre taxas geométricas de crescimento anual da população superiores às do município de São Paulo. Em comparação com o estado de São Paulo, suas taxas foram superiores de 1940-50 a 1970-80. Todavia, nos períodos de 1980-91, 1991-2000, 2000-2010 e 2010-2017 suas taxas foram inferiores às estaduais.

Como mostra a Tabela 2, a taxa de crescimento da população da Grande São Paulo apresentou tendência declinante nas últimas décadas: até 1980, as taxas de crescimento demográfico eram altas, acima de 4% ao ano; já entre 1980 e 1991, a taxa reduziu-se para 1,83, e esta redução continuou entre 1991 e 2000 (1,69%), atingindo 0,97% anuais entre 2000 e 2010. Entre 2010 e 2017, ela volta a crescer (1,19%).

Foi, no entanto, a partir dos anos 1960 que ocorreu o grande desenvolvimento da indústria automobilística, reforçando a concentração industrial

6- Importante destacar que os dados relativos à 2017 são estimativas populacionais, calculadas pelo IBGE a partir de projeções, e podem, portanto, estar superestimados.

ao longo da Via Anchieta nos municípios da região do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano). Esse processo ampliou a extensão das áreas ocupadas pelos usos urbanos, uma vez que o crescimento da atividade industrial implicou o surgimento de vários tipos de serviços ligados tanto à indústria como ao comércio crescente. As taxas de crescimento populacional, apresentadas na Tabela 2, expressam a feição demográfica dessa dinâmica metropolitana, cuja expansão econômica atraiu migrantes de várias partes do país e do mundo. Apesar da forte redução dessas taxas nas últimas décadas, sobretudo no município de São Paulo, os municípios do entorno metropolitano continuam a apresentar taxas positivas, que ao lado das taxas observadas para o estado como um todo, expressam o dinamismo da região e de suas áreas de influência. Percebe-se, pela Tabela 3, que mesmo na década de 2000-2010, quando as taxas de crescimento demográfico diminuíram em todos os municípios metropolitanos, que 17 dos seus 39 municípios (44%) ainda mostraram razão de crescimento populacional superior a 1,5%. No período de 2010-2017, foram 21 municípios (53%) que apresentaram taxas de crescimento superiores a 1,5%.

Embora o peso das três metrópoles institucionalizadas do estado de São Paulo (São Paulo, Baixada Santista e Campinas) na população estadual tenha se mantido estável, em torno de 58%, as taxas de crescimento demográfico das outras duas metrópoles paulistas têm sido superiores às da Grande São Paulo: entre 2000 e 2010, Campinas e a Baixada Santista cresceram 1,81 % e 1,20% ao ano, respectivamente. O peso da Grande São Paulo na população estadual reduziu-se na última década de 48,28% para 47,72%, enquanto os pesos de Campinas e da Baixada Santista subiram, respectivamente, de 6,31% e 3,39% em 2000 para 6,78% e 4,03% no ano 2010.

Tabela 3 - Região Metropolitana de São Paulo: taxas geométricas de crescimento anual da população residente (1950 a 2017)

Municípios	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010	2010-2017
Arujá	4,18%	5,24%	6,05%	7,33%	5,16%	2,91%	1,72
Barueri	13,99%	8,61%	6,97%	5,22%	5,31%	1,46%	1,52
Biritiba Mirim	2,19%	4,65%	4,03%	2,66%	3,66%	1,49%	1,54
Caieiras	19,58%	5,21%	4,80%	4,15%	6,90%	1,98%	1,83
Cajamar	5,47%	4,97%	7,63%	4,05%	4,64%	2,36%	2,05
Carapicuíba	9,61%	1,68%	26,50%	3,98%	2,19%	0,71%	1,01
Cotia	1,65%	7,96%	7,23%	5,08%	3,70%	3,04%	2,42
Diadema	15,07%	20,48%	11,12%	2,70%	1,76%	0,78%	1,14
Embu	2,27%	13,69%	17,99%	4,60%	3,23%	1,46%	1,52
Embu Guaçu	2,27%	8,02%	7,29%	5,15%	5,13%	1,00%	1,21
Ferraz de Vasconcelos	12,29%	9,57%	7,97%	5,28%	4,46%	1,69%	1,66
Francisco Morato	22,93%	15,96%	9,59%	10,46%	5,32%	1,46%	1,60
Franco da Rocha	0,49%	3,69%	3,29%	4,93%	2,64%	1,98%	1,84
Guararema	-0,74%	5,20%	1,67%	1,61%	2,23%	1,67%	1,65
Guarulhos	11,31%	8,92%	8,33%	3,68%	3,49%	1,31%	1,42
Itapeperica da Serra	3,63%	7,99%	9,00%	4,07%	3,75%	1,63%	1,63
Itapevi	9,82%	8,50%	6,70%	6,71%	4,64%	2,15%	1,93
Itaquaquecetuba	8,38%	9,79%	9,48%	7,81%	5,75%	1,66%	1,64
Jandira	3,33%	19,83%	11,07%	5,24%	4,33%	1,68%	1,65
Juquitiba	0,05%	2,22%	5,43%	4,43%	3,18%	0,83%	1,10
Mairiporã	3,18%	4,35%	3,37%	3,49%	4,65%	3,02%	2,40
Mauá	11,81%	13,45%	7,19%	3,38%	2,34%	1,39%	1,47
Mogi das Cruzes	6,19%	3,99%	3,50%	3,02%	2,13%	1,60%	1,62
Osasco	11,03%	9,52%	5,19%	1,68%	1,55%	0,21%	0,65
Pirapora do Bom Jesus	1,05%	4,10%	2,51%	4,77%	5,05%	2,41%	2,08
Poá	6,41%	7,44%	4,92%	3,46%	2,56%	1,02%	1,23
Ribeirão Pires	6,83%	5,50%	6,69%	3,85%	2,31%	0,79%	1,07
Rio Grande da Serra	6,83%	7,62%	9,14%	3,74%	2,42%	1,74%	1,68
Salesópolis	0,46%	1,00%	0,54%	0,60%	2,64%	0,86%	1,12
Santa Isabel	3,38%	3,88%	5,34%	2,48%	1,58%	1,44%	1,50
Santana do Parnaíba	1,80%	0,39%	18,14%	2,46%	7,89%	3,82%	2,79
Santo André	8,92%	5,55%	2,75%	1,02%	0,57%	0,37%	0,80
São Bernardo do Campo	12,71%	9,41%	7,66%	2,68%	2,42%	0,85%	1,12
São Caetano do Sul	6,70%	2,81%	0,78%	-0,80%	-0,72%	0,65%	0,96
São Lourenço da Serra	-	5,31%	4,82%	1,20%	5,40%	1,38%	1,46
São Paulo	5,69%	4,57%	3,55%	1,18%	0,88%	0,75%	1,05
Suzano	9,28%	7,48%	6,06%	4,26%	4,13%	1,39%	1,47
Taboão da Serra	-	19,08%	8,95%	4,67%	2,37%	2,16%	1,93
Vargem Grande Paulista	-	-	-	-	8,36%	2,77%	2,28
Total	6,17%	5,24%	4,40%	1,89%	1,63%	0,96%	1,19

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2010; Estimativas Populacionais de 2017. Elaboração: os autores, 2017

Assim como nas outras duas metrópoles, o crescimento da Grande São Paulo é maior na periferia que no núcleo (município de São Paulo): do incremento absoluto de 1.805.272 pessoas entre 2000 e 2010, 54,62% se alocaram nos municípios periféricos. A taxa de crescimento do núcleo foi de 0,76% ao ano na década, enquanto na periferia atingiu 1,25%. A população da metrópole de São Paulo ficou mais feminina (a razão de sexo em 2000 era de 93,04, passando a 92,03 no ano 2010), mais velha (o índice de envelhecimento mudou de 20,73 em 2000 para 32,48 idosos para cada 100 jovens em 2010, com proporção de pessoas com 65 anos e mais passando de 5,48% da população total para 7,12%), com menor percentual de crianças e adolescentes (a população de até 15 anos que era de 26,42% no ano 2000 passou para 21,93% em 2010).

Destaca-se, assim, a redução da parcela mais jovem e a elevação do segmento etário mais velho. Ao mesmo tempo, aumenta a expectativa de vida média, trazendo novos desafios para as políticas de saúde, previdência e mobilidade urbana, entre outras. Além de importante queda na mortalidade infantil, percebe-se redução forte na taxa de fecundidade femini-

na e no número de pessoas por domicílio, com impactos na demanda de provisão de moradias. O perfil demográfico da população metropolitana está, portanto, em forte mutação.

O mesmo movimento é verificado em relação ao Município de São Paulo (MSP), que desde 1970, vem perdendo importância no número de trabalhadores da Região Metropolitana de São Paulo e, desde 1980, passou a pesar menos quando comparado ao estado. O núcleo central da metrópole, município de São Paulo, viu suas taxas de crescimento populacional declinarem desde a década de 1960 (Tabela 2). O incremento de 817.924 habitantes, entre 2000 e 2010, representou para o município uma taxa de apenas 0,76% ao ano. Mesmo assim, nele residem mais de 11 milhões de moradores, constituindo-se no município mais populoso do Brasil. Além disso, constata-se mudanças na dinâmica intraurbana do município central, em que o centro histórico retoma em parte o ritmo de crescimento, embora o chamado anel⁷ periférico ainda responda por 48% do total populacional em 2010.

Tabela 4 – População residente por anéis do município de São Paulo (1960 a 2017)

Anel	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2017
Central	319117	341752	426283	384048	318599	360266	375790
Interior	684762	689930	781578	686610	583956	648269	681927
Intermediário	1022152	1346527	1529230	1413723	1316367	1426682	1465705
Exterior	1280277	2191068	2983114	3265900	3304779	3414917	3471517
Periférico	407557	1359929	2773021	3860378	4911845	5403336	5709902
Total	3713865	5929206	8493226	9610659	10435546	11253470	11704841

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1940 a 2010; Estimativas Populacionais de 2017. Elaboração: os autores, 2017

O censo de 2010 mostrou uma inversão da tendência intraurbana que se observava desde 1980: seu crescimento era essencialmente periférico, com perda de moradores nos anéis mais centrais (perda parcialmente revertida em 2017). Até o ano 2000, o processo de periferização dentro do tecido urbano municipal acompanhava o seu transbordamento para os municípios vizinhos.

Através da Tabela 5, pode-se notar que as taxas de crescimento populacional nos anéis centrais, interior e intermediários foram negativas desde 1980, mostrando o esvaziamento do centro municipal.

Tabela 5 - Taxas geométricas de crescimento populacional por anel do Município de São Paulo (1960 a 2017)

Anel	1960-70	1970-80	1980-91	1991-00	2000-10	2010-17
Central	0,69	2,23	-0,94	-2,05	1,24	0,60
Interior	0,08	1,26	-1,17	-1,78	1,05	0,73
Intermediário	2,79	1,28	-0,71	-0,79	0,81	0,39
Exterior	5,52	3,13	0,83	0,13	0,33	0,24
Periférico	12,81	7,39	3,05	2,71	0,96	0,79
Total	4,79	3,66	1,13	0,92	0,76	0,56

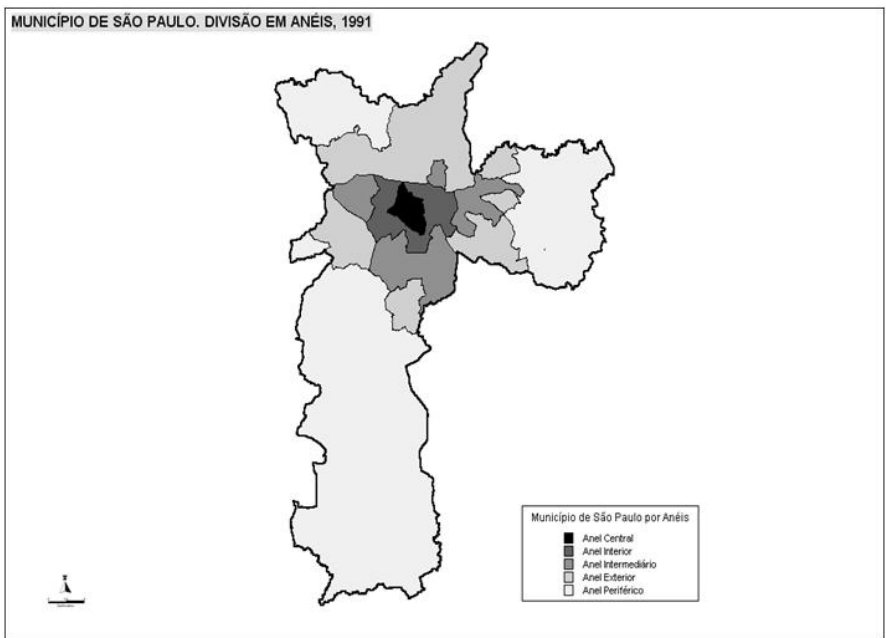
Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1940 a 2010; Estimativas Populacionais de 2017. Elaboração: os autores, 2017

7- O anel central é formado por 6 distritos: Bela Vista, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé. O anel interior é formado por 11 distritos: Barra Funda, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Jardim Paulista, Mooca, Pari, Perdizes, Pinheiros e Vila Mariana.

O peso do crescimento do anel periférico, que já década de 1960 era de 43% do incremento municipal, nos anos 70 cresceu para 55%, e nos anos 80 representou 97% do incremento paulistano. Entre 1980 e 1991 o crescimento de São Paulo foi quase que exclusivamente periférico; nos anéis centrais registrou-se uma perda populacional de mais de 250 mil residentes, que aumentou para 265 mil nos anos 90. Esta situação mudou na primeira década do século XXI, quando os três anéis centrais ganharam 216 mil residentes. Este ganho foi menor que nos dois anéis mais periféricos, onde o ganho populacional foi superior a 600 mil habitantes. De qualquer modo, ocorreu uma inversão da tendência observada nos últimos 20 anos.

Para melhor visualização dessas transformações no território do município de São Paulo, apresentamos abaixo mapa da cidade segundo os seus anéis:

Mapa 1 – Divisão do município de São Paulo segundo anéis



Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1940 a 2010; Estimativas Populacionais de 2017. Elaboração: os autores, 2017

A análise da composição populacional do município de São Paulo aponta, em 2010, uma população com razão de sexo de 89,94 homens para cada 100 mulheres e um índice de envelhecimento de 39,16 idosos para cada 100 jovens entre 0 e 15 anos. A população paulistana tornou-se mais feminina e mais idosa, pois no ano 2000 a razão de sexo foi de 92,26 homens para cada 100 mulheres e o índice de envelhecimento de 26,12.

Essa composição por idade e sexo varia bastante por anel, conforme se pode observar nas pirâmides abaixo: os anéis central, interior e intermediário têm população jovem extremamente reduzida, de 12,07%, 13,40% e 15,76% do total, respectivamente, enquanto que nos anéis exterior e periférico a população com até 15 anos de idade atinge 19,61% e 24,28%,

respectivamente. Ou seja, no anel periférico, uma em cada quatro pessoas tem menos de 15 anos de idade, indicando processos de transição demográfica (particularmente a diminuição da fecundidade) mais tardios. Chama a atenção que no anel interior, onde se concentra a população com renda mais alta, a razão de sexo seja a menor, de 84 homens para cada 100 mulheres, e o índice de envelhecimento mostre 103,23 idosos para cada 100 jovens até 15 anos. O anel central de São Paulo também mostra uma população feminina e envelhecida: a razão de sexo é de 89 mulheres para cada 100 homens e o índice de envelhecimento de 98,0.

De outro lado, os jovens residem no anel periférico: neste anel a população com até 15 anos atinge 24,28% do total, resultando num índice de envelhecimento de 22,05. A razão de sexo é a maior entre os anéis: 92,37 homens para cada 100 mulheres.

Tanto o menor peso relativo da metrópole em relação à população estadual como a perda do peso populacional da capital em relação à metrópole originam-se no fato do país ter passado, no transcorrer das últimas décadas, por um processo de interiorização da economia, fenômeno este mais intenso no setor industrial. Essa interiorização, face mais visível do processo de desconcentração econômica e produtiva, condicionou também o processo de redistribuição espacial da população não apenas no estado de São Paulo como em todo o Brasil de uma forma geral (CANO, 2007).

O crescimento e a diversificação das atividades econômicas foram acompanhados, ao longo da história recente da industrialização, pela elevada taxa de urbanização da população - hoje da ordem de 98% - e pela extensão da área urbanizada. A metrópole não estava preparada para muitas dessas transformações e para os problemas de aglomeração a elas relacionados, com a ampliação das atividades ligadas aos setores de comércio e serviços. Tal dinamismo, apesar dos problemas gerados, transformou a região em polo nacional, com oferta de emprego superior às demais regiões do estado e do país.

Os anos 1980 inauguraram uma nova etapa nesse quadro de mudanças com a inclusão do país na era da globalização, cujos efeitos são muitas vezes perversos. Nesse contexto, a desconcentração tanto das atividades industriais, como da população - já iniciada na década de 1970 - ocorreu fortemente associada à reestruturação das atividades econômicas e ao grande incremento das atividades terciárias. Isto é, associada à emergência de um novo padrão de acumulação de capital, pautado no incremento do trabalho no setor terciário, na expansão do setor financeiro e em formas terceirizadas de trabalho.

A reestruturação produtiva acarretou, por seu lado, uma crescente precarização das relações de trabalho, dado que a flexibilização da produção foi acompanhada, em muitos casos, pela terceirização da produção e dos serviços, resultando no surgimento dos chamados setores informais modernos (Dedecca e Baltar, 1997). A flexibilização provocou ainda, especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, a contratação da mão-de-

-obra na condição de trabalhadores autônomos, sem carteira de trabalho assinada, ou via empresas terceirizadas, produzindo alterações na estrutura de empregos em diferentes setores de atividade econômica, reduzindo empregos industriais e impulsionando o crescimento dos empregos no terciário (Dieese, 2001).

Montali (2009) ilustra bem essa situação quando afirma que:

o conjunto dos empregos do setor serviços, incluindo-se nestes tanto os empregos do comércio, como dos serviços, representam 56% dos postos de trabalho em 1989, 62% em 1991, 67,4% em 1997 e cerca de 69% em 2000 e 2003. Ao mesmo tempo, o emprego industrial passou de 33% da força de trabalho ocupada em 1989 e 28,7% em 1991, para 21% em 1997 e cerca de 20% em 2000 e 2003. (MONTALI, 2009, p. 179)

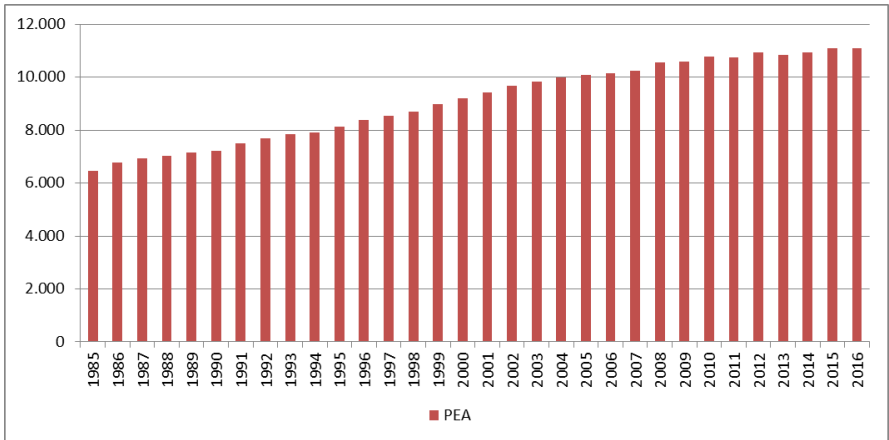
Cabe, ainda, assinalar que a redução do emprego industrial e o aumento do emprego em serviços não representou apenas uma migração de trabalhadores entre os setores, mas implicou em uma alteração na qualidade do emprego e na composição geral do mercado de trabalho. O emprego com registro em carteira de trabalho que é predominante na indústria vai sendo gradualmente substituído por ocupações autônomas ou temporárias, caracterizadas por vínculos contratuais precários e por maior instabilidade no emprego. Isso trará repercussões decisivas sobre qual tipo de trabalhador será atraído para o trabalho na capital paulista, isto é, sobre os fluxos imigratórios na cidade.

Considerando-se a localização espacial dos empregos na Região Metropolitana de São Paulo, os municípios da região do ABC, que concentraram, na segunda metade do século XX, as maiores proporções de trabalhadores ocupados no setor industrial, apresentaram a redução mais acentuada no período considerado. Mas, as proporções mais baixas de trabalhadores ocupados na indústria foram encontradas no município de São Paulo onde, em 1985, pouco menos que um terço dos ocupados estavam inseridos em atividades industriais (Bógus e Serrao, 2012).

Caracterização do mercado de trabalho da RMSP

Outro dado que atesta a dimensão da economia metropolitana é o comportamento da População Economicamente Ativa (PEA). Segundo dados da PED - Dieese/Seade (Pesquisa de Emprego e Desemprego desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), entre 1985 e 2014 a PEA passou de 6,4 milhões para 11,1 milhões de pessoas, o que representa expansão de 71,7%, de 1,75% ao ano.

Gráfico 1 - Evolução da População Economicamente Ativa (em mil pessoas) da Região Metropolitana de São Paulo (1985 a 2016)



taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Comparativamente, é possível concluir que a População em Idade Ativa cresce neste mesmo período menos que a PEA (65,9%), com taxas de crescimento anuais também menores (1,64%). Menos ainda cresce a população ocupada formalmente (62,7%), com taxas de crescimento anuais ainda menores (1,58%). Em outras palavras, a população formalmente ocupada na RMSP cresce, em termos absolutos e anuais, a taxas inferiores às do crescimento da PEA e da PIA.

Tabela 6 - População economicamente ativa, população em idade ativa, população ocupada e taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (1985 a 2016)

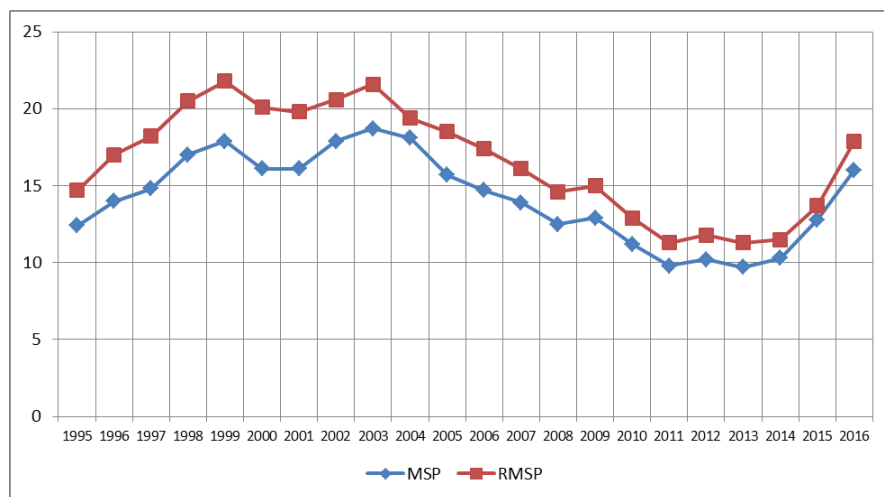
ANO	PEA	PIA	Ocupados	Taxa de Desemprego (%)
1985	6.466	10.723	5.677	12,2
1986	6.788	10.966	6.136	9,6
1987	6.918	11.213	6.282	9,2
1988	7.039	11.464	6.356	9,7
1989	7.162	11.721	6.539	8,7
1990	7.213	11.981	6.470	10,3
1991	7.507	12.247	6.629	11,7
1992	7.686	12.497	6.518	15,2
1993	7.831	12.754	6.688	14,6
1994	7.904	13.021	6.782	14,2
1995	8.121	13.291	7.049	13,2
1996	8.382	13.563	7.116	15,1
1997	8.542	13.845	7.175	16
1998	8.711	14.142	7.126	18,2
1999	8.985	14.445	7.251	19,3
2000	9.214	14.742	7.592	17,6
2001	9.426	14.986	7.767	17,6
2002	9.662	15.215	7.826	19
2003	9.820	15.440	7.866	19,9
2004	9.994	15.664	8.125	18,7
2005	10.089	15.888	8.384	16,9
2006	10.132	16.108	8.531	15,8
2007	10.250	16.322	8.733	14,8
2008	10.549	16.534	9.135	13,4
2009	10.584	16.747	9.123	13,8
2010	10.772	16.964	9.490	11,9
2011	10.758	17.104	9.628	10,5
2012	10.933	17.245	9.741	10,9
2013	10.850	17.388	9.722	10,4
2014	10.940	17.532	9.758	10,8
2015	11.084	17.678	9.621	13,2
2016	11.102	17.792	9.237	16,8

Fonte: PED - Dieese/Seade, 2000 a 2016. Elaboração: os autores

Muitos estudiosos acreditam que o desemprego seria mais elevado se a PEA mantivesse seu crescimento e a PIA crescesse a mais de 1,5%, como o fazia historicamente. A queda mais pronunciada da taxa de participação ocorreu entre jovens de 18 a 24 anos. Como hipótese otimista, uma explicação poderia ser a maior dedicação aos estudos. Mas houve aumento da proporção de jovens que não trabalha nem estuda. Há também quem associe a menor procura de emprego pelos jovens a um aumento da rede de proteção social (através do benefício Bolsa Família, por exemplo) e à expansão do acesso ao Ensino Superior, que desestimularia a procura de trabalho, ou mesmo ao aumento real da renda do trabalho dos chefes de família mais pobres, que retirou a urgência dos jovens de ter um emprego remunerado.

A trajetória da taxa de desemprego do conjunto dos 39 municípios da RMSP ilustra claramente os períodos distintos pelos quais passou a economia do país a partir da década de 1980. Entre 2003 e 2013, a taxa de desemprego tanto no município de São Paulo, como na Região Metropolitana de São Paulo apresenta tendência de queda persistente, reduzindo-se do patamar de 18,7% para 9,7% no município de São Paulo e de 21,6% para 11,3% na Região Metropolitana de São Paulo. Essa diminuição se dá em consonância com a melhora dos indicadores macroeconômicos brasileiros. Em 2014, no entanto, a taxa de desemprego reverte a tendência de queda, mas é em 2015 e 2016 que a elevação do desemprego se dá de forma mais intensa.

Gráfico 2 - Evolução da taxa de desemprego da Região Metropolitana de São Paulo (1995 a 2016)



Fonte: PED - Dieese/Seade, 1985 a 2014. Elaboração: os autores

Em 2013 – segundo dados do IBGE – o total de ocupados no Brasil era de aproximadamente 96 milhões de pessoas, divididos entre os mercados formal e informal. Deste total, 48 milhões (50%) são trabalhadores formais, isto é, com registro de trabalho e cobertura previdenciária oficial, enquanto os demais ou estão na informalidade ou são patrões. Em 2014, esse número já era de 49 milhões de trabalhadores formais, conforme é possível visualizar na Tabela 7.

Tabela 7 - Número de trabalhadores formais segundo sexo e região (2000 e 2014)

Região	2000			2014		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Brasil	15.982.983	10.245.646	26.228.629	28.286.809	21.369.846	49.656.655
Estado São Paulo	4.994.897	3.054.635	8.049.532	8.002.799	6.196.167	14.198.966
RMSP	2.744.727	1.886.082	4.630.809	4.276.052	3.500.467	7.776.519
Participação RMSP/Brasil	17,2	18,4	17,7	15,1	16,4	15,7
Participação RMSP/Estado São Paulo	55,0	61,7	57,5	53,4	56,5	54,8

Fonte: Rais/MTE, 2000 e 2013. Caged/MTE, nov/14. Elaboração: os autores

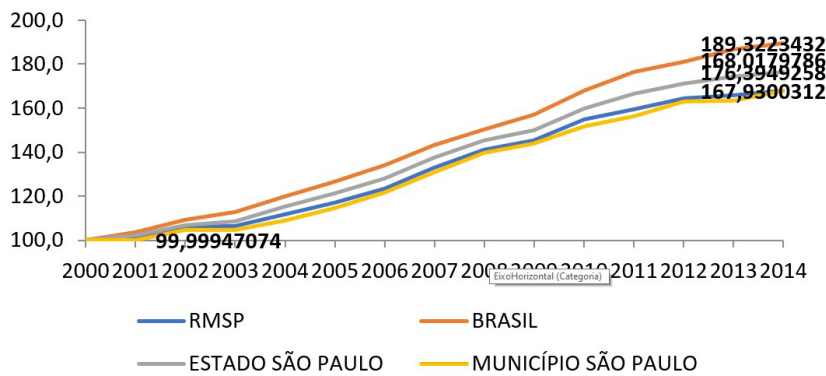
Informações mais recentes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para o ano de 2014 mostram que, do total dos ocupados na RMSP, estima-se que pouco mais de 7,7 milhões de trabalhadores estão inseridos no mercado de trabalho formal. Este número representa 54,8% do total do estado de São Paulo e 15,7% do total do Brasil, confirmando o peso importante da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no mercado de trabalho nacional.

Observa-se, entretanto, que entre os anos de 2000 e 2014, a RMSP perdeu participação nos dois cenários, já que respondia por 57,5% do estado de São Paulo e 17,7% do Brasil no primeiro ano da década. Este movimento é resultado da acentuação do processo de desconcentração econômica vivido pelo país desde anos 70, tal como comentado anteriormente.

Outro ponto que merece destaque e que é apresentado na tabela 7 é a participação feminina no emprego formal. No período analisado, a participação das mulheres na RMSP passou de 40,7% em 2000 para 43,6% em 2014, um crescimento, porém, ainda em ritmo inferior ao Brasil e ao estado de São Paulo.

Nos últimos 15 anos, o emprego formal evoluiu significativamente e se distribuiu de maneira mais homogênea pelo território nacional, minimizando as grandes diferenças regionais. Assim, enquanto no Brasil como um todo o número de trabalhadores formais cresceu 89,3%, em regiões onde o emprego formal historicamente apresentava maior participação o crescimento foi inferior: 76,4% no estado de São Paulo, 67,9% na RMSP e 68,0% na cidade de São Paulo, município polo da região metropolitana.

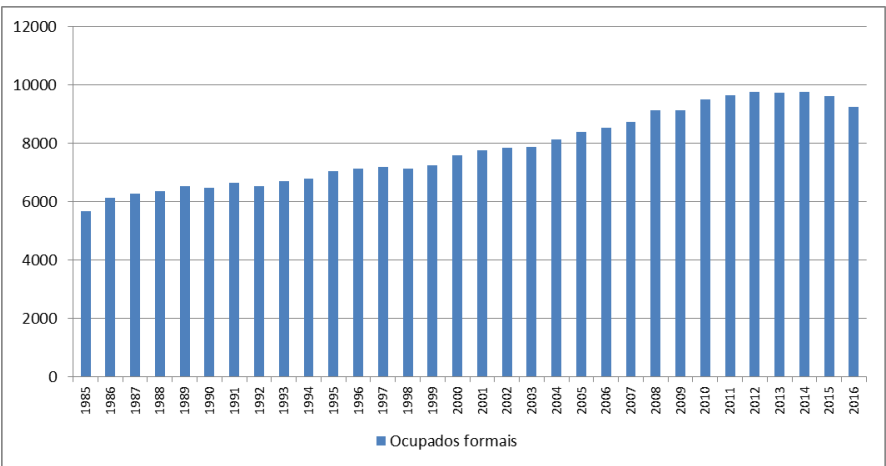
Gráfico 3 - Evolução do número de ocupados formais segundo região (2000 = 100; 2000 a 2014)



Fonte: Rais/MTE, 2000 e 2013. Caged/MTE, nov/14. Elaboração: os autores

Em termos absolutos, o número de trabalhadores com vínculo formal na RMSP passou de 4,6 milhões, em 2000, para 7,7 milhões, em 2014. Destaca-se o fato de entre 2000 e 2008 o crescimento ter sido mais expressivo e, posteriormente, ter apresentado ritmo bem inferior, em especial após a crise econômica mundial iniciada em 2008.

Gráfico 4 - Evolução do número de ocupados formais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP, 2000 a 2014)

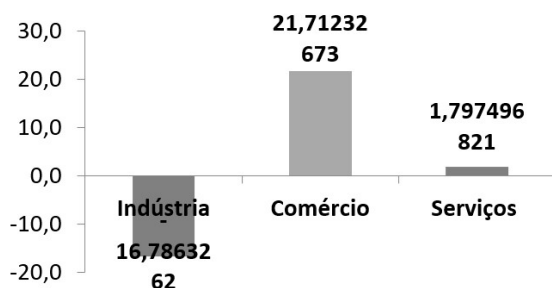


Fonte: Rais/MTE, 2000 e 2013. Caged/MTE, nov/14. Elaboração: os autores

A distribuição por grandes setores econômicos mostra algumas mudanças importantes no padrão do emprego metropolitano. Ainda como reflexo de dois processos atuais muito relevantes para a sociedade brasileira – a reestruturação produtiva da indústria iniciada na década de 90 e o processo atual de dissolução da indústria nacional – o emprego no setor secundário da economia perde força.

Em termos absolutos o setor industrial não é o principal empregador há décadas (são 1,6 milhão de ocupados, contra 1,4 milhão no comércio e 4,7 milhões nos serviços) e, nos últimos anos, o número total de ocupados no setor recuou 16,8%, frente ao crescimento de 21,7% no comércio e 1,8% nos serviços.

Gráfico 5 - Variação no número de ocupados formais segundo setor econômico na Região Metropolitana de São Paulo (2000 a 2014)



Fonte: Rais/MTE, 2000 e 2013. Caged/MTE, nov/14. Elaboração: os autores

A migração do emprego industrial para os demais setores fica ainda mais evidente quando se analisa a distribuição dos trabalhadores segundo a atividade econômica. Em quatro dos cinco municípios que mais empregam na RMSP (São Paulo, Guarulhos, Barueri e Santo André), as atividades econômicas com maior peso no emprego são do setor de serviços, com destaque para: administração pública em geral, atividades de teleatendimento, transporte rodoviário de cargas e serviços de limpeza em prédios e domicílios.

No município de São Paulo, a atividade econômica que concentra mais trabalhadores formais é a administração pública em geral (8,36%), seguida de atividades de atendimento hospitalar (4,37%). Isso revela o perfil da cidade de São Paulo enquanto espaço econômico em que se concentram serviços de atendimento ao público.

No município de Guarulhos, predominam como atividades econômicas o transporte rodoviário de carga (6,52%) e a administração pública em geral (6,52%).

São Bernardo do Campo, polo industrial da RMSP e berço da indústria automobilística nacional, é uma exceção dentre os municípios que mais empregam. A fabricação de automóveis, camionetas e utilitários (5,55%) e a fabricação de automóveis e ônibus (3,97%) continuam sendo as atividades que concentram a maioria dos trabalhadores formais no município, apesar de a retração no número de trabalhadores na indústria também ter atingido esta localidade.

Barueri, por sua vez, tem como principal atividade econômica a limpeza em prédios e em domicílios (7,05%) e a administração pública em geral (4,66%). Cabe destacar que Barueri é uma cidade que concentra atualmente condomínios fechados de alta renda, que articulam em seu entorno a formação de regiões fornecedoras de mão-de-obra para o trabalho nesses condomínios.

Em Santo André, predomina o setor da administração pública em geral (4,37%) e as atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente (3,21%).

Tabela 8 - Atividades que mais empregam em municípios da Região Metropolitana de São Paulo com maior número de trabalhadores formais (2015)

Município	Atividade Econômica	Nº Trabalhadores	% no interior do município
São Paulo	Total	5848294	100
	Administração pública em geral	488908	8,36
	Atividades de atendimento hospitalar	255381	4,37
	Restaurantes e outros estab. de serviços de alimentação e bebidas	202830	3,47
	Atividades de tele atendimento	111617	1,91
	Atividades de vigilância e segurança privada	123468	2,11
Guarulhos	Total	383344	100
	Transporte rodoviário de carga	24980	6,52
	Administração pública em geral	24994	6,52
	Com. var. de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	13826	3,61
	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	11279	2,94
	Atividades de atendimento hospitalar	5658	1,48
São Bernardo do Campo	Total	307986	100
	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	17104	5,55
	Fabricação de caminhões e ônibus	12228	3,97
	Administração pública em geral	16763	5,44
	Transporte rodoviário de carga	12955	4,21
	Atividades de tele atendimento	6751	1,87
Barueri	Total	288912	100
	Limpeza em prédios e em domicílios	20371	7,05
	Administração pública em geral	13459	4,66
	Ativ. de serv. prestados sobretudo às empresas não especificadas anteriormente	7091	2,45
	Transporte rodoviário de carga	6967	2,41
	Atividades de tele atendimento	9132	3,16
Santo André	Total	242095	100
	Administração pública em geral	10570	4,37
	Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	7768	3,21
	Limpeza em prédios e em domicílios	4107	1,33
	Atividades de atendimento hospitalar	6662	2,75
	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	1693	0,7

Fonte: Rais/MTE, 2015. Elaboração: os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais devemos destacar um conjunto de informações que ilustram as mudanças pelas quais o mercado de trabalho metropolitano passou nos últimos anos, principalmente até o ano de 2016, como veremos a seguir.

O período analisado e as mudanças ocorridas indicam a forte incidência da crise econômica sobre o mercado de trabalho, especialmente após 2014. A melhoria nos indicadores do mercado de trabalho acompanha, de forma geral, a melhoria dos indicadores sociais e econômicos durante a primeira década do século XXI. Como reflexo da geração de empregos, as taxas de desemprego, conforme apresentado anteriormente, apresentaram trajetória sólida de diminuição após 2003, atingindo patamares muito próximos dos verificados na década de 1980: entre 2000 e 2013 a redução foi da ordem de 40,9%. Mas essa trajetória é interrompida precisamente em 2014, quando volta a crescer o desemprego.

Antes disso, porém, a população economicamente ativa da RMSP cresceu 1,54% entre 2000 e 2010 e 1,00% nos quatro anos subsequentes, atingindo praticamente 11 milhões de pessoas em 2014. Por outro lado, o contingente de trabalhadores formalizados foi ampliado em ritmo superior, atingindo taxa de crescimento anual de 4,46% entre 2000 e 2010 e 2,05% entre 2000 e 2014. O Quadro 1 detalha esses indicadores.

Quadro 1 - Informações selecionadas da Região Metropolitana de São Paulo (2000 e 2013/2014)

Indicador	2000	2013	2014	Variação
População Economicamente Ativa (em mil pessoas)	9.214	-	10.917	18,5
Número de ocupados no mercado formal (em mil pessoas)*	4.630	-	7.776	67,9
Taxa de desemprego (em %)	17,6	10,4	-	-40,9
Participação da indústria no emprego da RMSP (em %)	25,3	-	21,1	-16,8

Fonte: Rais/MTE, 2000 e 2013. Caged/MTE, nov/14. PED - Dieese/Seade, 1985 a 2014. Elaboração: os autores. Nota: * atualizado segundo o INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)

Os dados apresentados sobre as transformações no mercado de trabalho no município de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo indicam a vigência desde as últimas décadas do século XX de um processo de reconversão econômica, que altera a natureza econômica na região, a composição dos empregos e a morfologia urbana, com redefinições importantes nas dinâmicas de mobilidade intraurbana. Sobre isso, o primeiro dado que merece reflexão é a diminuição da participação do emprego industrial no total dos ocupados da RMSP. Como já dito ao longo do texto, há uma tendência no Brasil de diminuição do peso da indústria nos indicadores econômicos nacionais e, como um dos resultados deste fenômeno, o emprego industrial perde importância. Emprego este que, no caso brasileiro, está sujeito às leis trabalhistas e às normas complementares que estabelecem a relação entre o emprego e o sistema de proteção social.

Somado a isso, não se pode deixar de mencionar que o país dá sinais de regressão econômica, ao menos após o último semestre de 2014. Além da crise mundial não ser algo superado, ainda trazendo grandes dificuldades comerciais ao Brasil, a política de valorização do mercado interno mostra persistentes sintomas de esgotamento.

No caso da Região Metropolitana de São Paulo, a PED - Dieese/Seade do ano de 2014 traz algumas constatações mais detalhadas, confirmando o cenário de deterioração apontado no nível nacional precisamente a partir daquele ano:

- A taxa de desemprego voltou aos patamares de 2012, atingindo a marca de 10,8%;
- Entre 2013 e 2014 o número de desempregados cresceu 4,8% na metrópole, saltando de 1,12 milhão para 1,18 milhão;
- A indústria da transformação reduziu seu número de empregados em 2%, sendo que no segmento de fabricação de automóveis, motocicletas, caminhões e ônibus, a redução foi de 5,7%;
- Enquanto a remuneração média permaneceu estável, a indústria da transformação, que paga um dos maiores salários, apresentou diminuição de 2,5% (em termos reais);

Baltar e Krein (2013), ao comentarem as repercussões negativas na força de trabalho – causadas pela inserção do Brasil no competitivo mundo globalizado – afirmam que a produção industrial:

(...) foi especialmente prejudicada e sua interrelação com a prestação de serviços é fundamental para a geração de empregos de melhor qualificação e renda. A escassa criação desses empregos foi um aspecto importante do agravamento das consequências deletérias gerais das novas formas de organização da produção sobre os trabalhadores. As novas formas de organização da produção dificultaram a construção de empregos de nível de renda intermediário e também fizeram proliferar os empregos de baixo nível de renda. (BALTAR e KREIN, 2013)

Confirmada a tendência de encolhimento do emprego formal, e de resultados negativos no setor industrial, certamente os indicadores de desigualdade e de distribuição de renda da Região Metropolitana de São Paulo serão impactados, uma vez que a indústria, em poucos anos, poderá perder em número de ocupados para o comércio e o setor de serviços. Em linhas gerais, a RMSP está em vias de perder aquilo que a fez ser diferente, isto é, o emprego de melhor qualidade, em setores que garantem melhor remuneração, maior segurança no emprego e garantias avançadas conquistadas pelo movimento sindical da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, M. Fátima (1992). Uma nova centralidade da Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, 6(3): p.55-59.

BALTAR, P. E. ANDRADE (2003). Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M. W.; Henrique, W. (Org.). Trabalho mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo/Campinas: Ed. UNESP/Instituto de Economia da UNICAMP, p. 107-152.

BALTAR, P. E. ANDRADE e KREIN, J. D. (2013). A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. Cadernos CRH, Salvador, v. 26, n. 68, mai/ago 2013, p. 273-292.

BÓGUS, Lucia M. M.; MONTALI, L.T. (1994). A Reestruturação Metropolitana de São Paulo. Revista Margem, São Paulo, EDUC/Faculdade de Ciências Sociais da PUC-São Paulo, v. 03, 1994, p. 125-144.

BÓGUS, Lucia M. M.; PASTERNAK, Suzana (2009). Como Anda São Paulo. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, Observatório das Metrôpoles. p. 1-9.

BÓGUS, Lucia M. M.; SERRAO, Rafael S. (2011). Transformações econômicas e tendências recentes no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. In: Eliane Hojaij Gouveia; Ronaldo Baltar; Teresinha Bernardo (Org.). Ciências Sociais na atualidade: temáticas contemporâneas, São Paulo, EDUC/CAPEs, v. 1, 2011, p. 127-157.

CANO, Wilson e SEMEGHINI, Ulisses C. (1991). Setor Terciário no Brasil: algumas reflexões sobre o período 1970/1989. Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR. Salvador: ANPUR. p. 361-374.

CORDEIRO, Helena K. (1993). A Cidade Mundial de São Paulo e o Complexo Corporativo do seu Centro Metropolitano. In: ANPUR, Fim de Século e Globalização. São Paulo, Hucitec/ANPUR.

EMPLASA (1994). A Natureza Recente da Centralidade da Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: EMLASA. Mimeografado.

DEDECCA, C.S. e BALTAR, P.E. Precariedade ocupacional e relações de trabalho no Brasil nos anos 90. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, São Paulo, 1997.

DIEESE (2001). Mercado de Trabalho no Brasil. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/mercadodetrabalho.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2010.

FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego. São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gobr>>.

. Mercado de Trabalho – RMSP- 2013. PED – Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gobr>>.

. Mercado de Trabalho – RMSP- 2014. PED – Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gobr>>.

MONTALI, Lilia (2009). Os impactos da precarização do trabalho e do desemprego sobre as famílias. In: BÓGUS, Lúcia M. M. e PASTERNAK, Suzana (Org.). Como Anda São Paulo. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, Observatório das Metrópoles. p. 175-202.

PACHECO, Carlos A. (1992). A terciarização dos 80: de tudo um pouco. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, 6(3), p. 27-38.

PERES, C. L, HUERTAS NETO, M., SERRAO, R. S. (2009). 50 anos de luta dos trabalhadores por reajustes salariais. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional da ABET, Campinas.

POCHMANN, M (2014). Brasil: segunda grande transformação no trabalho? Estudos Avançados 28 (81), São Paulo, p. 23-38

POCHMANN, M. Inserção ocupacional e o emprego dos jovens. Coleção ABET – Mercado de trabalho, São Paulo, ABET, v. 6, 1998.

A EXPANSÃO IMOBILIÁRIA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO: ESPECULAÇÃO, VALORIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO

Matheus Lima⁸

Lucia Bógus⁹

Após décadas de desvalorização e carregando o estigma de local “deca-dente”, a região central da cidade de São Paulo passa por um processo de crescimento populacional desde os anos 2000. A reversão no declínio po-pulacional que ocorria de forma intensa desde a década de 1970 se deve, em boa parte, aos investimentos do mercado imobiliário na região, soma-do à oferta de comércio, serviços e infraestrutura urbana local.

As recentes transformações no centro de São Paulo não devem ser enten-didas como uma mera escolha do mercado imobiliário em investir numa localidade estratégica para a cidade e já dotada de equipamentos urba-nos. Antes de tudo, é preciso compreender que o conjunto de transforma-ções estão inseridos em um contexto de flexibilização da economia e dos modos de produção, em que a configuração do espaço urbano obedece à lógica de atuação do mercado capitalista imobiliário.

A partir da segunda metade do século XX, o centro da cidade de São Paulo passou a sofrer mudanças socioeconômicas e espaciais devido à

8- Possui graduação em Ciências Sociais (2018) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

9- Socióloga, professora titular do Departamento de Sociologia da PUC-SP. Coordenadora do Observatório das Metrôpoles, núcleo São Paulo.

migração das classes de maior poder aquisitivo para outras regiões da cidade, acompanhadas de suas atividades comerciais e serviços. O poder público também seguiu o fluxo das elites, promovendo recursos para a expansão e estruturação das novas centralidades. Como parte desse processo, o afastamento das elites levou à popularização do centro da cidade, vulgarmente entendida como decadência da região. Logo depois as classes médias deixaram o centro, agravando o processo de esvaziamento populacional.

Assim como na região central de outras metrópoles mundiais, na cidade de São Paulo também houve um processo de desvalorização e revalorização de seu centro. No decorrer das últimas três décadas do século XX, a dinâmica populacional da cidade se dava pelo declínio dos bairros centrais e expressivo aumento dos bairros fora do centro expandido, especialmente nas regiões periféricas. Hoje se assiste uma leve, porém considerável, reversão no esvaziamento populacional no centro e diminuição do crescimento periférico se comparado a décadas anteriores.

Para entender a nova dinâmica imobiliária nos distritos centrais de São Paulo, procuro discutir, a partir do referencial teórico em sociologia urbana, as dinâmicas e agentes envolvidos na expansão imobiliária do centro, enfatizando especialmente a alteração da composição populacional dos moradores do centro em meio às ações do mercado capitalista de produção de moradias e o papel do Estado na promoção de um discurso potencialmente especulador, atendendo aos interesses empresariais. Com a ordem política subordinada à ordem econômica, assiste-se cada vez mais o planejamento urbano e as políticas públicas mediadas pelo mercado imobiliário, submetendo a cidade à lógica de interesse do mercado. O presente texto também trará dados de fontes oficiais em forma de gráficos e tabelas, de modo a apresentar numericamente a expansão imobiliária na área.

HISTÓRICO DE PROGRAMAS E AÇÕES PARA A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO: ORIGENS DA DESVALORIZAÇÃO E TENTATIVAS DE REVITALIZAÇÃO DA ÁREA

Até meados da década de 1950, o centro da cidade de São Paulo era o local onde estavam estabelecidos grandes empresas multinacionais, comércio e serviços sofisticados e atividades ligadas à população de maior renda que lá vivia. Com os altos preços do solo urbano na região central, os agentes imobiliários promoveram a venda de terrenos e imóveis em outras áreas da cidade a preços mais baixos. Desta forma a centralidade se expande e a região onde tudo concentrava passa a ter uma modificação do uso, acarretando na redução dos valores do solo urbano.

As elites econômicas e as grandes empresas migram para o vetor sudoeste da cidade, estruturando uma nova centralidade ao longo do eixo da Avenida Paulista. Sandroni (2007) aponta que a partir dos anos 1960 a ci-

dade de São Paulo recebe grandes investimentos em infraestrutura urbana, como linhas de metrô, avenidas, viadutos e túneis. É neste período que a cidade ganha novas centralidades que passam a disputar com a região central os investimentos imobiliários de edifícios de alto padrão destinados a sedes de escritórios de grandes empresas nacionais e estrangeiras.

O surgimento de novas centralidades estruturadas ao longo das décadas foi apontado como uma alternativa para a região central, quase totalmente ocupada por prédios antigos que não ofereciam as condições exigidas pelas novas características empresariais. As exigências espaciais e ambientais modernas não poderiam ser satisfeitas por equipamentos construídos nos anos 1940 e 1950. A ausência de terrenos vazios para a construção de edifícios compatíveis com as novas exigências empresariais resultou na instalação de novas unidades empresariais fora do perímetro central. Em seguida, empresas que antes se localizavam no centro deslocaram-se para as novas centralidades, representando uma nova onda de desvalorização relativa de preços de venda e locação. As construções antigas não puderam evitar certa desvalorização, ocasionada pela impossibilidade de modificações e grandes reformas que pudessem atender às novas características tecnológicas. A oferta de lançamentos imobiliários em outras regiões agravou ainda mais a desvalorização do centro de São Paulo.

Com o afastamento das elites, das grandes empresas e da zeladoria urbana do centro de São Paulo, as classes médias residentes no centro substancialmente migram para bairros mais valorizados ou próximos das regiões mais elitizadas da cidade, motivadas pela imagem construída da decadência do centro. O preço das unidades residenciais no centro teve drástica depreciação, ocasionando na perda de população residente.

O poder público constituiu políticas para a região central com o objetivo de atrair investimentos nos setores imobiliários, de serviços e no comércio, em padrões diferentes dos já existentes, ora por meio das operações urbanas, leis de incentivo ou incrementando a habitação social como forma de reverter o processo de esvaziamento e tentar requalificar as áreas degradadas.

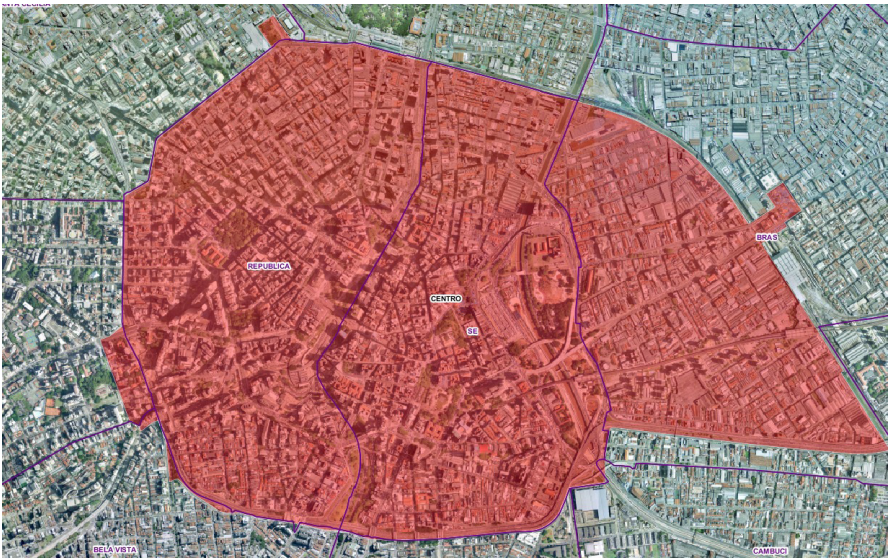
Desde a década de 1970 – com o centro de São Paulo já popularizado – surgiam algumas ideias e discursos rasos para a requalificação da região: Plano de Revitalização do Centro na gestão Olavo Setúbal (1975-1979), Plano de Revitalização da área Central na gestão Reynaldo de Barros (1980-1983) e Projeto Luz Cultural na gestão Mário Covas (1983-1985).

A Operação Urbana Anhangabaú, concebida no início dos anos 80 e efetivamente executada na gestão Luiza Erundina (1989-1992), foi o primeiro projeto urbanístico de grande porte realizado no centro. Os investimentos foram, em maior parte, públicos e remodelaram o Vale do Anhangabaú e um trecho da Avenida São João, com a criação do ‘Bulevar São João’. O plano tinha por objetivo atrair investimentos privados para realizar as transformações tidas como necessárias e mostrar a disposição da prefeitura em reverter a situação existente, para a requalificação da área. Dentre

outras ações, a mudança da sede da prefeitura para o Parque Dom Pedro II, realizada naquela gestão, foi um fator importante na reversão do histórico movimento do poder político rumo ao deslocamento das elites econômicas.

Na gestão Paulo Maluf (1993-1996), a municipalidade se afasta dos projetos para melhoria do centro, direcionando ações e esforços para o desenvolvimento do setor sudoeste da cidade. Na lacuna deixada pelo poder municipal, grupos e entidades da sociedade civil reivindicaram melhorias, planos e ações por parte do poder público para a requalificação do centro. As ações realizadas durante o governo Maluf e Celso Pitta (1997-2000) na região central são fruto de pressões de entidades civis, dentre as quais se destaca a Associação Viva o Centro. As reivindicações resultaram na aprovação de novos planos urbanísticos, dentre os quais se destaca o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (Procentro) e a Operação Urbana Centro.

Figura 1 - Perímetro da Operação Urbana Centro



Fonte: GeoSampa. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx

A Operação Urbana Centro, criada pela Lei 12.349 de 6 de junho de 1997, abrange as regiões dos chamados Centro Velho e Centro Novo e partes do Glicério, Brás, Bexiga, Vila Buarque e Santa Ifigênia. A Operação visa requalificação urbana, buscando estimular investimentos nessas áreas específicas, que possuem a maior densidade construtiva da cidade.

Mediante contrapartida financeira, a Operação Urbana Centro estabelece incentivos à produção de novas edificações, à regularização de imóveis, à reforma de edifícios para sua adequação a novos usos e, também, cria condições especiais para a transferência de potencial construtivo de imóveis de interesse histórico. A Operação também estabelece intervenções no espaço público e no sistema viário de seu perímetro, buscando valorizar a paisagem urbana, melhorar os deslocamentos, incentivar o uso dos espaços públicos e reforçar as atividades culturais e de lazer.

Apesar de a Operação Urbana Centro ainda estar em vigor, sua execução foi baixa. Com pouca adesão dos setores privados para os investimentos, a operação urbana não conseguiu frear a ida do setor imobiliário rumo ao vetor sudoeste e tampouco atraiu a iniciativa privada para as intervenções urbanas necessárias.

Na segunda metade da década de 1990, ocupações de edifícios ociosos por movimentos de luta por moradia passam a ser constantes. Os atos, que se tornaram emblemáticos, tinham por finalidade pressionar o poder público para políticas que atendessem as demandas por moradia e chamar a atenção da sociedade para o déficit habitacional. As ocupações se dão num contexto de fortalecimento do discurso do direito à cidade e do debate em torno do fim do aluguel e despejos, da melhoria das condições das habitações existentes e da construção de novas unidades habitacionais próximas aos locais de trabalho, comércio e serviços públicos.

Até então a habitação de interesse social não estava nas diretrizes das políticas públicas para a revitalização do centro. Na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004) foi instituído o Programa Morar no Centro, que tinha como formas de intervenção urbana a recuperação de edifícios degradados e subutilizados, reabilitando-os para uso residencial, destinando-os a famílias de baixa renda. Houve a implantação do Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat (Prih) nas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), instrumento criado com o Plano Diretor Estratégico de 2002, combinando produção de moradias e recuperação dos espaços urbanos. Os projetos em terrenos e edifícios vazios contaram com recursos do Fundo Municipal de Habitação.

O Plano Reconstruir o Centro assinalava que a perda populacional em todos os distritos da região central foi responsável por tornar o centro da cidade subutilizado, mesmo havendo boas condições de transporte e infraestrutura. O Plano seria concretizado por meio de ações envolvendo a melhoria das condições das calçadas, do viário, da iluminação pública e da zeladoria urbana. Além de ter como diretriz a priorização da habitação de interesse social e a reabilitação de edifícios desocupados, o Plano visava incentivar e ampliar atividades comerciais, estimular o lazer, atividades culturais e recreação nos espaços públicos e, também, a recuperação e preservação do patrimônio histórico local.

As ações realizadas no governo Marta Suplicy envolveram negociações com o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), firmando um contrato de empréstimo, viabilizando parte dos planos de recuperação da área central. No início da gestão José Serra (2005-2006) houve alterações nas diretrizes do Procentro, passando a visar, sobretudo, a valorização imobiliária da área central. No entanto, os recursos do BID foram pouco utilizados.

Ainda no governo Serra e durante todo o mandato de Gilberto Kassab (2006-2012), o Projeto Nova Luz foi apresentado como o principal ato do poder público para a recuperação e transformação da região da Luz,

Campos Elíseos e Santa Ifigênia, cujas ruas tornaram-se, há anos, pontos de uso de entorpecentes. Para atingir esses objetivos, alguns rumos são estabelecidos, como o estímulo à construção de novos empreendimentos imobiliários e a valorização do patrimônio cultural e artístico existente na região. As ações para a requalificação e valorização do patrimônio histórico da Luz vêm desde a segunda metade da década de 1990, com o 'Projeto Monumenta'.

O termo 'Cracolândia', sempre veiculado pela mídia, virou jogada de marketing político para justificar ações higienistas na região, onde os principais alvos eram os usuários de crack. Havia verificação e interdição de estabelecimentos, como bares, guarda-volumes de camelôs e prostíbulos. Prostitutas, imigrantes e negros eram os principais alvos das truculentas abordagens policiais.

Junto às ações de limpeza social, a prefeitura lançou a Lei de Incentivos Fiscais (Lei nº 14.096/05, regulamentada em 2006 por meio do Decreto 46.996/06) para atrair novas empresas de comércio e serviços em uma área com cerca de 250 mil metros quadrados, ampliada para 270.000 m² em 2007. Foi definida a emissão de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento, restituindo 50% do valor aos investimentos residenciais a imóveis destinados a atividades comerciais, e 80% do valor em imóveis destinados a atividades educacionais, artísticas, tecnológicas, hotelaria e saúde. Também era concedido 50% de redução do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITBI) e 60% de redução de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) aos imóveis alvos de investimentos (SÃO PAULO, 2006).

No primeiro ano de mandato do prefeito Fernando Haddad (2013-2016), o Projeto Nova Luz foi cancelado, porque a prefeitura alegou inviabilidade técnica para sua execução. Analisando todo o projeto, é evidente a intenção de promover mudanças no perfil populacional e de frequentadores da região, com a iniciativa privada à frente das tomadas de decisão, deixando explícito um processo gentrificador.

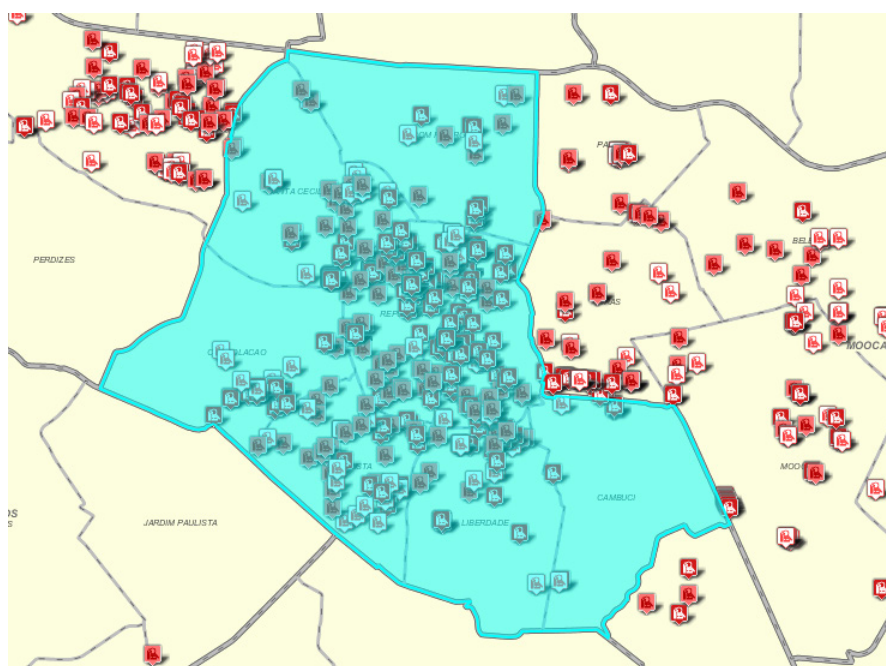
Na gestão do prefeito Fernando Haddad, com a aprovação do novo Plano Diretor Estratégico (2014) e da Lei de Zoneamento (2016), as Zonas Especiais de Interesse Social foram duplicadas, voltadas para a produção de moradias destinadas para famílias de até três salários mínimos ao longo de eixos de transporte público e no centro da cidade. Para tentar reverter o déficit habitacional e garantir moradias em áreas bem localizadas e dotadas de serviços e infraestrutura urbana, foi criada a Cota de Solidariedade, mecanismo que determina que todo empreendimento maior que 20.000 m² destine ao menos 10% de sua área para a promoção de moradia social.

Entre outros mecanismos criados estão os Instrumentos Indutores da Função Social da Propriedade, que por meio do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (Peuc), a prefeitura notificará os proprietários que não aproveitam o potencial construtivo do imóvel com área superior

a 500 m², estabelecendo para os proprietários prazos de até cinco anos para obras e ocupação dos imóveis. Caso não haja o cumprimento dos prazos, a prefeitura aplicará o IPTU progressivo e, após cinco anos de cobrança, poderá ser realizada a desapropriação do imóvel.

O mapa a seguir mostra distritos do anel central destacados em azul (Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé). Os diversos pontos no mapa correspondem aos imóveis e terrenos notificados pela prefeitura por não cumprirem Função Social da Propriedade. Pelo Plano Diretor Estratégico, os locais notificados serão prioritariamente destinados para a produção de moradias.

Mapa 2 - Distritos do anel central (em azul) com propriedades notificadas por descumprimento de função social



Fonte: GeoSampa. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx

As políticas públicas para incrementar moradias de interesse social e a aplicação de medidas para reverter os problemas habitacionais ainda são lentas e insuficientes. No caso do centro, os esforços do poder público e de setores privados se direcionam na tentativa de estimular a vinda e a sociabilidade da classe média na região, deixando escancarada a intenção de mudar o perfil populacional e econômico da área.

NOVOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS NO CENTRO DE SÃO PAULO: RETORNO DAS CLASSES MÉDIAS COMO APOSTA DE TRANSFORMAÇÕES URBANAS E SOCIAIS

No caso do centro de São Paulo, os esforços do poder público e de setores privados se direcionam na tentativa de requalificar os espaços públicos, como atrativos para novos investimentos privados e a consequente vinda de populações de maior renda econômica. Neste contexto, o mercado imobiliário impulsiona o retorno populacional e a ocupação de regiões

dotadas de infraestrutura urbana e serviços. Paralelamente, a produção de novos empreendimentos imobiliários transforma a paisagem de locais até então considerados degradados, gerando um círculo de investimentos e consequente mudança no perfil econômico das regiões.

Segundo dados da Embraesp (Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio), houve um leve aumento no lançamento de unidades residenciais nos distritos centrais de São Paulo, sobretudo a partir de 1994, bem como um aumento na participação na produção de toda a cidade, verificando um pico em 1998 com 22,8% das unidades residenciais lançadas na cidade de São Paulo.

Unidades imobiliárias lançadas em São Paulo e nos distritos centrais (1992-1999)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
MSP	10.104	19.593	23.085	25.362	29.188	37.887	20.249	25.893	191.361
Centro	879	835	2.611	960	2.115	3.076	4.621	3.350	18.447
%	8,6	4,2	11,3	3,7	7,2	8,1	22,8	12,9	9,6

Fonte: REINA & COMARÚ (2015), dados da Embraesp

A tabela a seguir apresenta em números as unidades residenciais lançadas no anel central entre os anos de 2000 e 2009. Os dados indicam aumento da atuação do mercado imobiliário no centro entre 2003 e 2007, somando um total de 8.757 unidades.

Distritos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bela Vista	546	416	-	460	774	186	410	248	91	386
Consolação	288	477	350	247	191	352	128	312	-	-
Liberdade	328	210	372	440	321	710	412	478	237	86
República	370	-	102	290	-	96	33	66	226	198
Santa Cecília	400	128	108	179	395	847	354	828	571	-
Sé	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-

Fonte: Embraesp/Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Organização: Matheus Lima

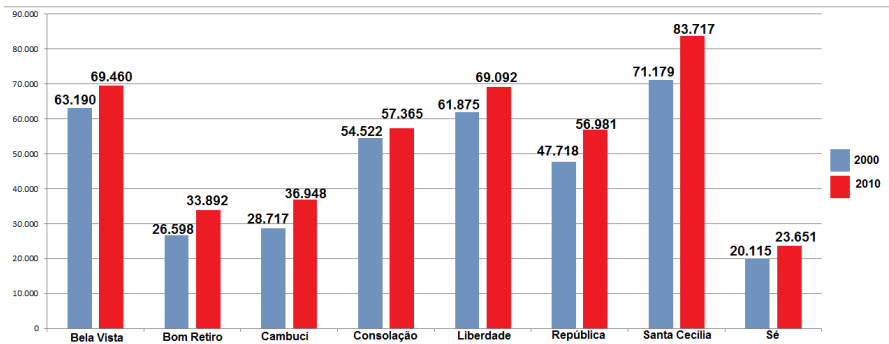
A partir de 2010, houve expressivo aumento nos lançamentos de unidades habitacionais nos distritos do anel central, com destaque para o distrito da República, que antes do novo processo de aumento populacional do centro era o distrito onde havia baixíssima atuação do mercado imobiliário, chegando a ter nenhuma unidade habitacional lançada em determinados anos. Apesar do distrito da Sé ainda ter pouca atuação do setor imobiliário, em 2012 e 2015 houve números consideráveis de lançamentos habitacionais, superior a distritos do anel central onde a atuação do mercado imobiliário sempre se manteve razoável ao longo dos últimos anos.

Distritos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Bela Vista	568	721	235	106	-	180	268
Consolação	391	796	560	459	842	200	-
Liberdade	480	209	46	699	546	104	276
República	751	735	68	682	1.829	1.254	556
Santa Cecília	214	144	756	208	1.303	879	578
Sé	-	-	399	-	-	423	198

Fonte: Embraesp/Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Organização: Matheus Lima

Paralelamente ao crescimento no número de lançamentos imobiliários no anel central, a população residente nos distritos centrais aumenta, como mostra o gráfico a seguir, com números do censo demográfico realizado pelo IBGE nos anos de 2000 e 2010.

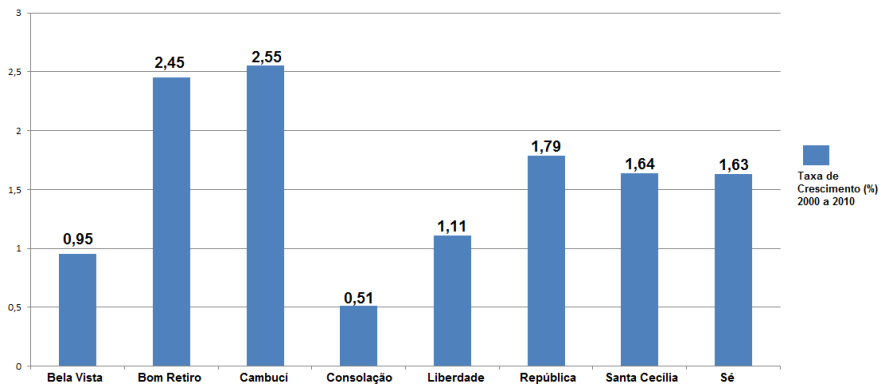
Gráfico 6. População residente nos distritos centrais (2000 e 2010)



Fonte: IBGE. Elaboração: Matheus Lima

Com o crescimento populacional observado entre 2000 e 2010, o distrito da Santa Cecília apresenta a maior população entre todos os distritos centrais, chegando a pouco mais de 80 mil moradores. Bela Vista e Liberdade também possuem uma das maiores populações do centro de São Paulo, com quase 70 mil moradores. Quase todos os distritos apresentaram significativa taxa de crescimento populacional, conforme apresentado a seguir pelo Gráfico 7:

Gráfico 7 - Taxa de crescimento (em %) da população nos distritos centrais (2000 a 2010)



Elaboração: Matheus Lima

Apesar da taxa em porcentagem indicar crescimento baixo em relação aos outros distritos, Consolação possui uma das maiores populações do centro de São Paulo, assim como o distrito da Bela Vista, conforme indicado pelo Gráfico 6. Bom Retiro e Cambuci tiveram as maiores taxas de crescimento em todo o centro, com 2,45% e 2,55%, respectivamente. O distrito da Sé, que experimentou maior queda populacional ao longo do processo de esvaziamento populacional que afetou o centro, apresentou taxa de crescimento bastante significativo, com número quase igual ao distrito da Santa Cecília e próximo ao distrito da República.

Os dados reforçam a tese que relaciona o aumento populacional no centro de São Paulo com os recentes investimentos do mercado de imobiliário na região, produzindo condomínios destinados a uma população de classe média. Os agentes imobiliários promovem os novos empreendimentos pelos benefícios já existentes na região, como a ampla rede de transportes públicos, pontos turísticos e comerciais combinados com novos serviços de lazer e entretenimento.

Frases como “more no centro”, “viva no centro” e “venha desfrutar do centro” marcam cada vez mais os estandes, cartazes, folhetos e banners de anúncios promovidos por incorporadoras imobiliárias.

Figuras 2 e 3 - Estande de vendas localizado na Santa Ifigênia e anúncio de um antigo prédio que passou por ‘retrofit’ na Santa Ifigênia

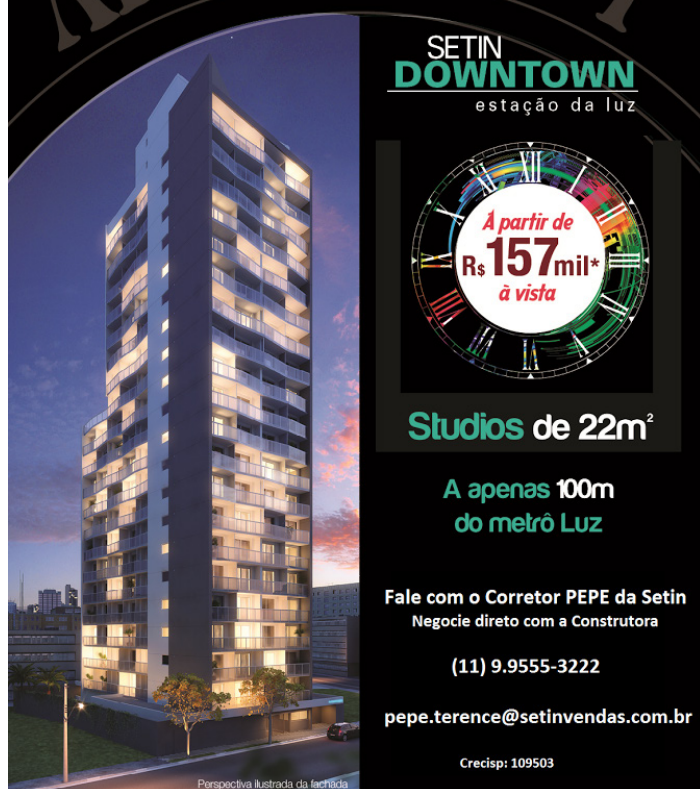


Fotos: Matheus Lima (2017)

Figura 4 - Empreendimento BK30 Largo do Arouche



Foto: Matheus Lima (2017)



SETIN DOWNTOWN
estação da luz

A partir de
R\$ 157 mil*
à vista

Studios de 22m²

A apenas 100m
do metrô Luz

Fale com o Corretor PEPE da Setin
Negocie direto com a Construtora

(11) 9.9555-3222

pepe.terence@setinvendas.com.br

Crecisp: 109503

Perspectiva ilustrada da fachada

Figura 5 – Anúncio de empreendimento destaca a proximidade com a estação de metrô

A tipologia das novas unidades habitacionais localizadas no centro é em geral pequena, variando em torno de 20 a 50 m². O espaço reduzido dos apartamentos se configura como expressão da variedade de outros lugares e formas de viver no centro, com isso o local de moradia torna-se secundário perante as diversas possibilidades de sociabilidade e atividades pelo centro da cidade. Os apartamentos pequenos – hoje denominados de “studios” pelo marketing imobiliário – surgem no centro já na década de 1940, convergindo com o processo de metropolização de São Paulo. A nova tipologia de apartamentos estava não só ligada com a imagem da modernidade, mas também com a inauguração de novos modos de trabalhar, morar e viver na cidade, constitutivos da expansão metropolitana e da imensa demanda de habitação impulsionada pelo intenso processo de urbanização. Assistimos na atualidade ao marketing imobiliário apostando nos signos da modernidade e no significado simbólico dos bairros centrais como forma de atrair compradores que aspiram viver o cosmopolitismo e a agitação social do centro, combinando o passado com o presente.

Tanto na década de 1940 – período em que se inicia a expansão urbana e a verticalização do centro – quanto na atual expansão imobiliária do centro de São Paulo, os apartamentos de tipologia pequena visam maior aproveitamento do solo urbano, equacionando preço do terreno, tecnologias construtivas, legislações urbanas e desenho arquitetônico.

Figuras 6 e 7 - Anúncios de empreendimentos com ênfase na proximidade com pontos turísticos da cidade



O Centro de São Paulo é um paraíso cultural e arquitetônico com 27 quilômetros de extensão. Qualquer via tem histórias centenárias para contar. Afinal, foi lá que a cidade nasceu, em 1554.

Sobre o bairro

Calcula-se que mais de dois milhões de pessoas circulem diariamente pelo local utilizando a malha de transporte da região que também conta com instituições de ensino, teatros, centros culturais e hospitais. De quebra, o bairro está se tornando rota de gourmets. Impossível não ir ao Mercadoão atrás das variedades de temperos ou mesmo só para saborear um sanduiche de mortadela.



Apesar de ainda não alterarem drasticamente a paisagem do centro de São Paulo, os novos empreendimentos imobiliários, finalizados ou em construção, destacam-se entre construções mais antigas, contrastando com as etapas anteriores de construção, uso e ocupação do solo.

Figura 8 - Pequeno prédio antigo disputa espaço com novo empreendimento na Rua Aurora, próximo à Praça da República

Foto: Matheus Lima (2017)



Figura 9 - Edifícios construídos em meados da década de 1940 junto com prédio novo na República



Foto: Matheus Lima (2017)

Figura 10 - Novos empreendimentos surgem em meio ao cenário de edifícios antigos e deteriorados



Foto: Matheus Lima (2017)



Figura 11 - Grandes terrenos subutilizados são comuns nos distritos da Sé e República, locais com maior estoque de outorga onerosa. Espaços como este são ocupados por novos condomínios residenciais

Foto: Matheus Lima (2017)

Figura 12 - Bancos privados financiam a construção dos novos empreendimentos imobiliários



Foto: Matheus Lima (2017)

Figura 13 - Novo empreendimento em meio aos prédios antigos na região do Largo do Arouche



Foto: Matheus Lima (2017)

Figura 14 - Novo condomínio erguido próximo ao Elevado João Goulart, popularmente conhecido como Minhocão



Foto: Matheus Lima

Figura 15 - Novo condomínio erguido à beira do Elevado João Goulart, popularmente conhecido como Minhocão, obra viária responsável por depreciar o preço dos imóveis em seu entorno



Foto: Matheus Lima (2017)

Figura 16 - Novo condomínio na Bela Vista)



Foto: Matheus Lima (2017)

Figura 17 - Novo edifício residencial marca a paisagem da zona cerealista, área próxima ao Parque Dom Pedro II e Praça da Sé



Foto: Matheus Lima (2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas, diretrizes e projetos de intervenção urbana para a revitalização do centro de São Paulo foram pouco executados ao longo dos anos, evidenciando uma promoção da imagem de figuras políticas e suas bandeiras partidárias. Analisando os projetos do poder público – que também tiveram colaboração da iniciativa privada – fica evidente o caráter gentrificador e higienista, sobretudo com as populações mais pobres e com aqueles que vivem em situações de vulnerabilidade social extremas, como moradores de rua, usuários de drogas, imigrantes ilegais oriundos dos países mais miseráveis do planeta e travestis e transexuais que, por falta de oportunidades de empregos formais, acabam tendo como opção quase única a realização de programas sexuais.

A própria palavra revitalização significa nova vida, como se a vida existente nos locais degradados no centro de São Paulo não fosse desejável. É por este viés que as políticas públicas higienistas associam a pobreza à desordem e à violência, justificando ações e práticas violentas por meio do aparelho do Estado contra populações vulneráveis. O Estado intervém em espaços de interesse, surgindo inicialmente com um discurso pacifi-

cador e de assistência aos mais pobres, porém a militarização dos espaços urbanos logo entra em cena e prevalece constantemente. Se antes a noção de guerra estava ligada ao conflito quase proporcional em força bélica entre Estados-Nação, a guerra contemporânea se dá com o Estado contra uma população desarmada, carente de recursos e sem defesa, estando em jogo a criminalização da pobreza, com uma política de violência irrestrita (GRÓS, 2009).

Stephen Graham (2016) destaca que, no novo padrão de vigilância do espaço urbano, os cidadãos comuns precisam ser constantemente rastreados e vigiados. A nova doutrina de segurança marca cada vez mais o espaço urbano das grandes cidades como novos campos de conflitos. Nesta nova noção de guerra, com o Estado voltado contra a população comum desarmada, atores sociais tratados como elementos 'antissociais' são violentamente liquidados pelo planejamento urbano guiado por ideias militarizadas de segurança.

Como mostrado anteriormente, no início dos anos 1990 a área central da cidade de São Paulo volta a ser foco das políticas de revitalização urbana. A década de 1980 é marcada por profunda crise econômica e redução drástica dos recursos para o desenvolvimento social e urbano municipais. É neste contexto que os municípios elaboram estratégias para o desenvolvimento econômico local, adaptando as cidades para uma posição privilegiada no cenário econômico no âmbito global. Para David Harvey (1996), a transformação que a administração urbana vem sofrendo desde as últimas décadas do século XX está relacionada com a adoção do empresariamento na administração urbana. Tornou-se consenso que os governos urbanos devem ser muito mais inovadores e empreendedores, abertos para explorar diversos meios de gestão para contornar crises e assegurar melhores condições de vida para a sua população. Para o autor, tal processo está relacionado com as dificuldades que atingiram as economias capitalistas desde as grandes recessões na economia mundial nos anos 1970, produzindo desindustrialização, desemprego estrutural e generalizado, austeridade em nível nacional e local, juntamente com uma crescente onda de neoconservadorismo e um apelo muito forte para a racionalidade do mercado e da privatização. As transformações na administração urbana têm profundas raízes macroeconômicas, onde há o declínio dos poderes do Estado-Nação no controle exclusivo do fluxo monetário multinacional, de modo que os investimentos urbanos tornam-se cada vez mais uma negociação entre o capital financeiro e os poderes públicos locais, que se esforçam da melhor maneira possível para atrair ao máximo o desenvolvimento capitalista. É por esta via que o empresariamento urbano teve um importante papel numa transição geral na dinâmica de regime de acumulação fordista-keynesiano para um regime de acumulação flexível.

É comum ao planejamento urbano estratégico qualificar a cidade enquanto uma mercadoria a ser vendida. Neste mercado extremamente competitivo, o marketing urbano se impõe como algo determinante nos processos de planejamento e gestão urbana, exibindo o que a cidade ofe-

rece ou pode vir a oferecer em múltiplos mercados. No entendimento dos planejadores urbanos e dirigentes políticos, as cidades estão submetidas às regras e às injunções das empresas, submetendo a lógica de gerenciamento de negócios empresariais. No modelo neoliberal, a metrópole deve ser aberta economicamente para o mercado externo, justamente o grande capital qualifica a cidade como mercadoria. A abertura da cidade para o exterior tem caráter claramente seletivo: as fronteiras estão abertas para investidores, visitantes e usuários solventes, ou seja, àqueles que tem poder econômico para pagar pelos serviços. A solvência pode ser entendida como os benefícios econômicos à cidade que podem ser oferecidos pelos estrangeiros – como bens, capitais e serviços – constituindo uma estratégia de promoção da cidade. A ideia de direito à cidade passa a ser proporcional ao status social daqueles que podem desfrutar dos serviços oferecidos pela cidade neoliberal (VAINER, 2000).

Como apontado por Heitor Frúgoli Jr. (2000), a revitalização das áreas centrais está relacionada ao surgimento de outros subcentros, que passam a exercer um papel de adversário do centro tradicional. Em certos casos, as novas centralidades guardam certas relações de complementaridade com o núcleo central, porém passam a competir economicamente de maneira acirrada com o centro tradicional. Isso se dá, em particular, pela lógica da expansão, que acarreta na fuga de empresas para os subcentros e a deterioração do núcleo original, havendo a mudança da composição social que passa a habitar este último marcada pela forte presença de classes populares. Ainda que possa ser observada uma tendência à dispersão e à descentralização no processo de expansão urbana, não é possível postular a perda de um “centro”, mesmo num contexto como o de São Paulo, onde não se possa mais falar de uma única centralidade, de feição tradicional e histórica. As regiões centrais das metrópoles concentram empresas e, portanto, empregos para considerável parcela da população. Isso sem contar a densidade de serviços oferecidos, as atividades comerciais, a concentração de instituições político-administrativas, o patrimônio representado pelo conjunto de suas edificações e áreas de moradia para setores das classes médias e populares.

Outra dimensão a ser considerada é que nas regiões centrais realiza-se a densidade dos contatos face a face que marcam a vida moderna, constituída por múltiplas dimensões como o encontro e a sociabilidade, a mediação de distintos conflitos, a tolerância à diversidade sociocultural, política etc., ganhando nesses espaços uma expressão mais explícita.

Independentemente de seu referencial simbólico ou cognitivo, as áreas centrais têm sido objeto de diferentes campos de análises, propiciando vastas experiências em uma perspectiva de “reabilitação urbana”, entendendo esses espaços das áreas centrais como indutores de atividades estratégicas (dentre as quais se destacam o turismo e cultura), segundo processos de adequação espacial e funcional (em uma perspectiva de preservação do patrimônio histórico), reconhecendo nos espaços existentes potencialidades na construção da identidade social e recuperação das tradições culturais. Nas “políticas urbanas” é raro considerarem as popu-

lações há muito tempo estabelecidas como elementos indutores no processo de revitalização das áreas centrais, prevalecendo sempre o princípio de que as populações residentes são obstáculos para a implantação de tais políticas. O imaginário e as representações sobre a cidade passam pelo seu centro, independentemente de sua situação ambiental, funcional ou do modo como é ocupado. Trata-se da construção de significados que compõem as representações e os referenciais tanto coletivos quanto individuais, unindo e assumindo um sentido de viver público e privado (BÓGUS & SOUSA, 2016).

No caso do centro de São Paulo, todos os esforços no sentido de revitalizar e atrair investimentos privados não geraram profundas alterações na paisagem e na composição socioeconômica de seus distritos, porém foram fundamentais para potencializar um discurso especulador. O potencial processo gentrificador no centro pode ser observado, inicialmente, pela possibilidade de reinvestimento lucrativo por parte de investidores após décadas de desvalorização.

Como consequência, a região central passa a ser assumida parcialmente por agentes imobiliários, iniciando-se um processo de investimento, apropriação por parte das classes médias, renovação e reabilitação de espaços até então deteriorados. Logo em seguida as áreas passam por uma valorização e aumento de preços dos aluguéis, seguida pela transformação e elitização do comércio e dos serviços e pela presença de novos equipamentos culturais sofisticados.

Na nova dinâmica imobiliária do centro, os investimentos dos agentes imobiliários se dão especialmente nos distritos localizados à borda dos distritos mais centrais, como Bela Vista, Consolação, Liberdade e Santa Cecília, que mesmo durante o processo de esvaziamento populacional ocorrido entre as décadas de 1970 e 1990 mantiveram população em maior número em relação aos outros distritos. A tendência para os próximos anos é a maior atuação do mercado imobiliário nos distritos localizados no núcleo (República e Sé), que vêm experimentando nos últimos anos maior número de lançamentos habitacionais, chegando a superar em determinados anos outros distritos centrais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÓGUS, Lucia Maria Machado & SOUSA, Antonio Miguel Lopes. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. In: Cadernos Metrôpoles. São Paulo, Educ, 2016.

GRAHAM, Stephen. Cidades sitiadas – o novo urbanismo militar. Boitempo, 2016.

GROS, Frédéric. Estados de violência. Tradução: José Augusto da Silva. Editora: Ideias & letras. São Paulo, 2009.

KARA-JOSÉ, Beatriz. Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

REINA, Michelly Lima & COMARÚ, Francisco de Assis. Dinâmicas imobiliárias e políticas urbanas no centro de São Paulo: uma discussão sobre gentrificação na Mooca. In: Cadernos Metrôpoles, São Paulo, Educ, 2015.

SÃO PAULO (Prefeitura da Cidade de). Lei 12.349, de 6 de junho de 1997.

SÃO PAULO (Prefeitura da Cidade de). Decreto nº 46.996, de 13 de fevereiro de 2006.

SANDRONI, Paulo. A dinâmica imobiliária da cidade de São Paulo: esvaziamento, desvalorização e recuperação da área central. In: COMI, Álvaro (Org.) Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. CEM-Cebrap/Emurb. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

FRÚGOLI Jr, Heitor. A centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

RECONVERSÃO ECONÔMICA E NOVOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Luís Felipe Aires Magalhães¹⁰

Neste artigo, abordam-se algumas das principais características do processo de reconversão econômica, desconcentração industrial na cidade de São Paulo, crescimento de seu setor de serviços e de como estas transformações vinculam-se à mobilidade espacial da população, não apenas com mobilidades intraurbanas, que têm feito crescer o anel periférico da cidade de São Paulo, mas sobretudo com a atração e absorção de um novo tipo de trabalhador imigrante internacional. Buscaremos chamar a atenção não apenas para o entendimento da dinâmica urbana do município de São Paulo e de seu processo de crescimento na periferia, mas também para o conhecimento de transformações recentes nos anéis central e interior, com importantes repercussões do ponto de vista da migração internacional e da produção do espaço urbano. Por fim, deteremos nossa reflexão no processo de produção de territorialidades de imigrantes haitianos e bolivianos, através da ocupação de espaços públicos em atividades culturais e comerciais.

Essas reflexões são produto de investigação ainda em curso sobre a nova face das migrações internacionais na cidade de São Paulo, iniciada em março de 2017, no âmbito da participação no Observatório das Metrópoles (PUC-SP) no Projeto Pipeq, da PUC-SP. Essa investigação iniciou-se com um trabalho de campo no distrito do Pari, região central do município de São

10- Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. Pesquisador no Observatório das Metrópoles de São Paulo (PUC-SP) e no Observatório das Migrações em São Paulo (Unicamp).

Paulo. As análises e entrevistas realizadas sobre o território do Pari revelaram aspectos de um processo de reconversão econômica com impactos em toda a Região Metropolitana de São Paulo. Optamos, no entanto, por concentrar, inicialmente, nossa análise no município de São Paulo, especialmente em um eixo espacial que abrange desde a baixada do Glicério (região da Sé, centro de São Paulo), até o início da Zona Leste (bairros como Penha e Artur Alvim). A eleição deste eixo não se deu aleatoriamente: trata-se da porção do território do município de São Paulo que concentra os principais espaços de acolhida e acompanhamento a imigrantes internacionais, perto dos quais se concentram também as residências destes imigrantes. Igualmente, é a região que tem sido a ponta de lança desse processo de reconversão econômica que altera a produção econômica, a produção do espaço e a face dos imigrantes internacionais na cidade.

Nesta primeira etapa da investigação, priorizamos a leitura teórica sobre a reconversão econômica, a produção do espaço nos distritos centrais da cidade de São Paulo e as novas mobilidades internacionais na cidade. Ademais, buscamos investigar, no campo fértil dos distritos envolvidos nesses processos, os principais sujeitos sociais dessa dinâmica: representantes de distintos fluxos migratórios, de espaços de acolhimento públicos, privados, religiosos e da sociedade civil, de ativistas e militantes sobre o tema das migrações, refúgio e direitos humanos e de migrantes internos. Combinamos com isso, a leitura teórica com o trabalho de campo, igualmente teórico, mas com metodologias próprias, como as entrevistas em profundidade e a observação participante. Com o desafio, enfim, de se construir relações de convívio e de confiança com esses sujeitos sociais de modo a se superar as barreiras sociais, geográficas e políticas existentes em torno à alteridade.

RECONVERSÃO ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O processo migratório, tanto interno como internacional, na cidade de São Paulo refere-se diretamente ao processo desigual de produção do espaço e de disputa pela cidade. Em outras palavras, a migração é produto e produtora da forma com que se organiza o espaço urbano em São Paulo. Igualmente, o espaço – ou o local que os diferentes fluxos ocupam no espaço – é um elemento diferenciador importantíssimo dos fluxos, apontando seus distintos capitais sociais e econômicos – e suas distintas formas de produzir existência e território na cidade.

O crescimento urbano de São Paulo e a ocupação crescente, de uma forma caracterizada por precariedade e segregação, de sua área periférica, é um processo geral que apresenta importantes especificidades temporais, desde os anos de 1940.

Foi a partir de 1940 que se alterou significativamente o padrão de crescimento urbano em direção à periferia, deixando a cidade apta a um outro modelo de industrialização, aliás acelerada, que projetou novos centros fabris em vários pontos do municí-

pio. É dessa época que o tripé loteamento de periferia, muitas vezes clandestino, casas próprias e autoconstrução configurou a extensão e a dispersão do espaço urbano. A cidade modificou-se, o sistema viário se expandiu, o transporte coletivo escolhido passou a ser o ônibus, os locais de trabalho se diversificaram e as alternativas habitacionais para os trabalhadores tornaram-se também variadas. A Lei do Inquilinato (1942), ao congelar os aluguéis, tornou o mercado pouco atraente para investimento dos proprietários. Dessa forma, a autoconstrução se intensifica e, especialmente após 1960 – quando se acentuam as migrações, dá-se grande aumento demográfico e a indústria automobilística exige novos investimentos no sistema viário –, a cidade assume cada vez mais o feitiço de metrópole. (VÉRAS, 2004, p. 358-359)

Os referidos “novos pontos fabris” estão diretamente associados à produção de uma determinada morfologia urbana em regiões como Brás, Pari e Bom Retiro, que a reconversão econômica irá alterar. É a partir desse momento, portanto, que se intensificará o processo de ocupação das áreas mais distantes do centro urbano, isso é, seu anel periférico. É importante considerar que, pelas características do controle e da posse de terras nas grandes cidades brasileiras, pelo caráter seletivo e elitista das políticas urbanas vigentes ao longo das últimas décadas e pela própria natureza vulnerável dos ocupantes, trata-se, fundamentalmente, de um processo de ocupação irregular (PASTERNAK, 2010).

Esse processo foi levado a cabo também pelos imigrantes recém-chegados às cidades, em contexto de ausência tanto de políticas públicas específicas como de acesso à moradia em condições dignas e próxima ao centro urbano.

Também a procura por áreas ainda não ocupadas se intensificou com o aumento da migração rural-urbana e a expansão do emprego industrial na metrópole de São Paulo, que estimulou a concentração urbana de famílias de baixa renda na periferia. Essa periferia cresceu, então, sem a intervenção do planejamento urbano, por meio de uma sucessão de loteamentos, muitos deles dito irregulares por não atenderem às legislações urbanas e ambientais vigentes ou irregulares por ocuparem lotes clandestinos, sem título de domínio. (BRUNA, 2010, p. 369)

A permanência desse processo e a seletividade e elitismo das políticas urbanas e habitacionais, salvo articulações específicas importantes, mas incapazes, no entanto, de alterar a lógica da produção do espaço na cidade, têm promovido a distensão do tecido urbano em duas esferas absolutamente vinculadas do ponto de vista da dinâmica de reprodução do espaço urbano em seu sentido econômico, político e institucional: a cidade legal e a cidade ilegal. Essa contradição urbana vê-se agravada a partir da década de 1970, quando transformações econômicas internacionais impactam decisivamente na economia dependente brasileira, rompendo a vinculação até então existente entre mobilidade espacial (migração rural-

urbana) e mobilidade social da população. Essa ruptura está diretamente ligada ao desmonte progressivo da indústria nacional e da diminuição do tamanho do Estado na economia.

Até meados da década de 70, a compra de um lote periférico e a autoconstrução permitiam o acesso à casa própria de grande parte dos trabalhadores paulistanos. E esses loteamentos, geralmente, eram implantados sem atender à legislação vigente. A redução dos salários, aliada ao aumento do preço da terra e às restrições legais da Lei de Zoneamento de 1972, diminuiu a oferta de lotes no município de São Paulo, que cresceu nos demais municípios da Região Metropolitana. Os loteamentos irregulares foram um bom negócio imobiliário, aproveitando-se da expansão e valorização da terra urbana. Mas, além de problemas ambientais e da dificuldade de extensão das redes de infraestrutura, a clandestinidade e a irregularidade impedem o registro e a obtenção de escritura pelos compradores. (PASTERNAK, 2010, p. 414)

Como afirmado por Bruna (2004), o crescimento urbano da cidade de São Paulo promoveu a urbanização também das cidades da Região Metropolitana de São Paulo, sobretudo a partir de loteamentos irregulares. Esse crescimento, emanado a partir da dinâmica econômica e espacial do município de São Paulo, não é homogêneo nem no tempo e nem no espaço, mas apresenta importantes especificidades segundo a década e o anel, na cidade de São Paulo. O anel central, por exemplo, tem sua população acrescida de 319.117 pessoas em 1960 para 373.790 pessoas em 2017. Pouco cresce também o anel intermediário, tendo sua população passado de 1.022.152 pessoas em 1960 para 1.465.705 pessoas em 2017. O anel interior, por seu lado, vê sua população residente diminuir de 1960, quando contava com 684.762 pessoas, a 2017, quando apresenta 681.927 pessoas. A Tabela 9 apresenta dados da evolução populacional do município de São Paulo segundo anéis.

Tabela 9 – População residente segundo anéis no município de São Paulo (1960 – 2017)

Anel	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2017
Central	319117	341752	426283	384048	318599	360266	375790
Interior	684762	689930	781578	686610	583956	648269	681927
Intermediário	1022152	1346527	1529230	1413723	1316367	1426682	1465705
Exterior	1280277	2191068	2983114	3265900	3304779	3414917	3471517
Periférico	407557	1359929	2773021	3860378	4911845	5403336	5709902
Total	3713865	5929206	8493226	9610659	10435546	11253470	11704841

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1960 a 2010; Estimativas Populacionais de 2017. Elaboração: o autor, 2017

Chama a atenção, ainda segundo a Tabela 9, o crescimento elevado da população residente nos anéis exterior e periférico. Enquanto no anel exterior a população residente passa de 1.280.277 pessoas em 1960 para 3.471.517 pessoas em 2017, no anel periférico sua população residente cresce de 407.557 pessoas para impressionantes 5.709.902 pessoas de 1960 a 2017.

O crescimento urbano concentrado nos anéis exterior e periférico é mais bem percebido quando avaliamos a proporção da população residente nos anéis em relação à população total do município. O anel exterior representava, em 1960, 34,47% da população da capital paulista (sendo naquele ano o anel mais populoso da cidade), passando a representar, em 2017, 29,66% da população total da cidade. Não obstante ter crescido tanto em termos absoluto, diminui sua participação relativa em razão do crescimento ainda maior do anel periférico, que passa de 10,97% da população total do município em 1960 para 48,78% em 2017. Atualmente, um em cada dois moradores da capital paulista reside em seu anel periférico. A Tabela 10 apresenta a evolução da proporção da população residente nos anéis em relação à população total do município de São Paulo.

Tabela 10 – Evolução da população residente nos anéis no município de São Paulo (% da população residente total, 1960 – 2017)

Anel	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2017
Central	8,59	5,76	5,02	4,00	3,05	3,20	3,21
Interior	18,44	11,64	9,20	7,14	5,60	5,76	5,83
Intermediário	27,52	22,71	18,01	14,71	12,61	12,68	12,52
Exterior	34,47	36,95	35,12	33,98	31,67	30,35	29,66
Periférico	10,97	22,94	32,65	40,17	47,07	48,01	48,78
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1960 a 2010; Estimativas Populacionais de 2017. Elaboração: o autor, 2017

A análise das taxas de crescimento anuais da população revela que, além de não ser homogêneo no espaço, o crescimento urbano na cidade de São Paulo também não é um processo homogêneo no tempo.

O peso do anel periférico na cidade de São Paulo nota-se também em suas taxas de crescimento populacional. Especialmente nas décadas de 60, 70, 80 e 90, é a força do crescimento do anel periférico o que eleva o crescimento do município como um todo, situando a taxa municipal acima de todas as taxas dos anéis. Mesmo quando os anéis passam a ter taxas de crescimento negativas, como na década de 80 e 90, a taxa do município segue sendo positiva em razão exclusivamente do crescimento do anel periférico, conforme pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 11 – Taxas geométricas de crescimento anual da população de São Paulo segundo anéis (1960 – 2017)

Anel	1960-70	1970-80	1980-91	1991-00	2000-10	2010-17
Central	0,69	2,23	-0,94	-2,05	1,24	0,60
Interior	0,08	1,26	-1,17	-1,78	1,05	0,73
Intermediário	2,79	1,28	-0,71	-0,79	0,81	0,39
Exterior	5,52	3,13	0,83	0,13	0,33	0,24
Periférico	12,81	7,39	3,05	2,71	0,96	0,79
Total	4,79	3,66	1,13	0,92	0,76	0,56

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1960 a 2010; Estimativas Populacionais de 2017. Elaboração: o autor, 2017.

A Tabela 11 indica o peso do anel periférico também sobre as taxas de crescimento anuais da população do município de São Paulo como um todo. Todos os anéis apresentam taxas de crescimento inferiores às do município (exceto o anel exterior na década de 1960), justamente por conta do crescimento do anel periférico inflar essa média municipal. Importante ressaltar que estamos tratando de taxas altas de crescimento

de um montante populacional cada vez maior, equivalente, já em 2017, a praticamente metade da população do município.

Também cabe registro que o anel central reverteu, na primeira década do século XXI, sua tendência de crescimento negativo, vigente desde a década de 1970. Isso indica um processo de reocupação do centro relacionado a um maior adensamento populacional nessa região, que nos faz refletir sobre a qualidade das moradias, e a um processo de expansão imobiliária, que nos remete, por outro lado, à quantidade de moradias. Mesmo no auge do processo de crescimento urbano em áreas de periferia da cidade, o centro sempre contou com uma quantidade significativa de imóveis desocupados e áreas ainda não construídas. Retornaremos a este tema em breve.

O crescimento urbano em área periférica tem como principal característica a exclusão dos moradores da esfera legal da cidade, em outras palavras, a predominância dos loteamentos irregulares na região. Analisando a evolução desta modalidade de ocupação do solo urbano ao longo do século XX, Pasternak (2010) apresenta importantes dados sobre onde e quando se formam os loteamentos irregulares na cidade, e aponta que a sua maior concentração no anel periférico é uma característica urbana de São Paulo desde a década de 1940. Até esse momento, era no anel exterior e mesmo no intermediário onde se concentravam os loteamentos irregulares. Desde então, estes passam a se concentrar no anel periférico, apontando uma maior capacidade de a dinâmica econômica e populacional do município de São Paulo incidir sobre áreas cada vez mais distantes.

Esse padrão periférico, aliado a uma moradia precária em loteamento irregular, longe de representar ausência de planejamento, responde a uma estratégia de acumulação. Viabiliza o assentamento de amplos contingentes de mão de obra em loteamentos destituídos de tudo, através da compra de lotes irregulares ou clandestinos e da autoconstrução da moradia. A opção pelo automóvel, expressa no Plano de Avenidas de Prestes Maia, serviu às montadoras de duas formas: garantindo o mercado para o produto automóvel e barateando o custo da força de trabalho pela periferização da moradia, reduzindo os investimentos públicos e privados em habitação e infraestrutura. (PASTERNAK, 2010, p. 393 e 394)

É, no entanto, especialmente a partir da década de 1980 que o anel periférico torna-se predominante em termos dos loteamentos precários instalados na capital paulista. Se atualmente a maior parte (57,76%) dos loteamentos irregulares do município de São Paulo está concentrada no anel periférico, apenas 21% deles existiam antes dos anos 1980. Essa diversidade dos loteamentos irregulares no tempo e no espaço é justamente o substrato teórico de quando dizemos “a periferia é datada”.

Atualmente, parece haver uma diminuição do ímpeto do crescimento urbano no anel periférico.

Observando os lotes irregulares no tempo, nota-se que sua incidência foi maior nos anos 90, com 5.600 lotes irregulares por ano no período. Entre 1981 e 1990, a incidência foi também alta, de 5.165 lotes por ano. Ela desce sensivelmente nos anos 2000, para pouco mais de 424 lotes por ano. A distribuição temporal é semelhante à do anel exterior, onde, também nos anos 90, deu-se a maior incidência do fenômeno (...). Os parcelamentos de solo estão gradualmente diminuindo na capital e indo para municípios limítrofes, onde o solo custa menos e as leis são mais brandas. (PASTERNAK, 2010, p. 401)

Já na década de 1990, o município de São Paulo apresentou a menor taxa de crescimento anual da população de toda a Região Metropolitana de São Paulo (0,88%). Na década seguinte, São Paulo (0,75%), Carapicuíba (0,71%), São Caetano do Sul (0,65%), Santo André (0,37%) e Osasco (0,21%) apresentavam as menores taxas, indicando ser justamente esses maiores municípios da RMSP os promotores do crescimento populacional dos demais municípios da RMSP.

Conforme indicado nas Tabelas 9, 10 e 11, os anéis central e interior do município de São Paulo passaram a ter, no século XXI, taxas de crescimento populacionais positivas (1,24% e 1,05% respectivamente), sendo justamente as maiores taxas dentre todos os anéis da cidade, inclusive do periférico. Igualmente, aumentaram a sua população residente revertendo a tendência de diminuição que se verificou nas últimas décadas do século XX.

Esse crescimento recente do anel central¹¹ e interior¹² do município de São Paulo está associado, como dito, a um maior adensamento populacional em muitos domicílios já existentes e a um crescimento da oferta de unidades habitacionais nos distritos desses anéis. Ao longo do século XX, muitos desses distritos alteraram sua morfologia urbana, deixando de ser regiões industriais para se converterem em bairros residenciais e, outras ainda, converteram-se nas últimas décadas em regiões de comércio popular, formal e informal.

O processo de reconversão econômica que condiciona essas alterações não é específico desses anéis, mas pelo contrário é um processo que caracteriza o município de São Paulo e a Região Metropolitana de São Paulo desde as últimas décadas do século XX, condicionando a diminuição da importância relativa da indústria no total dos empregos formais. De 1991 a 2015, os empregos formais da indústria passaram de 24,44% para 8,55% de todos os empregos formais do município de São Paulo. No mesmo período, passam de 30,73% para 13,28% dos empregos formais da Região Metropolitana de São Paulo. Essa diminuição parece ter sido mais acentuada na década de 1990, tanto para a região metropolitana como para o município de São Paulo, que nos demais períodos, indicando um efeito da

11- O anel central é formado por 6 distritos: Bela Vista, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé.

12- O anel interior é formado por 11 distritos: Barra Funda, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Jardim Paulista, Mooca, Pari, Perdizes, Pinheiros e Vila Mariana.

política econômica e comercial liberalizante da última década do século XX. Mas esse movimento não se inicia nos anos 90: Bógus (2004) aponta de forma muito clara a articulação entre a diminuição do peso da indústria na economia paulista e as transformações globais em curso na segunda metade do século XX.

No caso brasileiro, as mudanças em curso no cenário internacional, com a emergência do processo de reestruturação produtiva, produziram, entre outros efeitos, alterações nas relações de trabalho, na estrutura de empregos e na alocação dos trabalhadores nos centros urbanos metropolitanos. Tais centros têm apresentado, de um modo geral, transformações significativas, num esforço de se inserirem nessa dinâmica global, e muitos deles (especialmente no caso dos centros regionais) passaram a constituir polos de atração migratória, 'desviando' fluxos que, em décadas passadas, tinham como destino quase exclusivo as regiões metropolitanas. Considerando-se as diferenças regionais, as alterações vêm sendo maiores, ou pelo menos mais difundidas, em áreas urbanas das regiões já dotadas de maior dinamismo, como é o caso das cidades da região sudeste e, particularmente, do estado de São Paulo. Ali, os processos de desconcentração econômica e populacional, iniciados nos anos 70, ganharam maior impulso com o crescimento das cidades médias, a consolidação de importantes polos regionais e a formação de duas novas áreas metropolitanas, Campinas e Santos, com características muito semelhantes, em termos de estruturação, à região metropolitana de São Paulo. (BÓGUS, 2004, ps. 298 e 299)

Segundo Bógus (2004), é importante considerar essa conjuntura não apenas como de uma desconcentração do emprego, mas também de estagnação e crise da economia brasileira a partir dos anos 1980. Ou seja, não se tratava apenas de desconcentração, mas de uma instabilidade crônica retratada na rápida flutuação do nível de atividade e na deterioração da capacidade de absorção dos mercados de trabalho, sobretudo nas grandes metrópoles. (BÓGUS, 2004, p. 299)

Essa evolução do emprego formal da indústria no município de São Paulo, na Região Metropolitana de São Paulo e no estado de São Paulo pode ser visualizada na Tabela 12.

Tabela 12 – Evolução do emprego formal na indústria no município de São Paulo, na Região Metropolitana de São Paulo e no estado de São Paulo (% dos empregos formais totais, 1991 – 2015)

Ano	MSP	RMSP	ESP
1991	24,44	30,73	4,17
1992	21,7	28,08	3,85
1993	22,34	27,96	3,74
1994	21,9	28,3	4,63
1995	21,24	27,36	4,5
1996	19,6	25,53	4,56
1997	18,44	24,16	4,56
1998	16,88	22,17	4,28
1999	16,59	21,65	3,79
2000	16,02	21,2	3,84
2001	15,51	20,67	3,7
2002	14,66	19,58	3,4
2003	14,43	19,5	3,2
2004	14,53	19,98	3,07
2005	14,15	19,77	3,4
2006	12,8	18,4	3,6
2007	12,3	18,1	4,1
2008	11,9	17,5	4,6
2009	11,2	16,6	4,9
2010	11,1	16,6	5,2
2011	10,6	16	5,5
2012	10,18	15,19	5,23
2013	9,88	15,06	5,33
2014	9,36	14,31	5,23
2015	8,55	13,28	4,96

Fonte: PED – Dieese/Seade, 1991 a 2015. Elaboração: o autor

Em que pese a oscilação da taxa de desemprego nas regiões analisadas, a mão de obra liberada do emprego formal na indústria encontrou absorção nos setores do comércio e de serviços, sob condições de trabalho e de remuneração, em termos gerais, inferiores e mais precárias às do emprego na indústria. Esse processo impacta diretamente os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com a diminuição das taxas de crescimento anual da população em municípios como Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Os empregos formais no setor de comércio passam, na cidade de São Paulo, de 11,32% do total dos empregos formais em 1991 para 17,17% dos empregos formais no ano de 2015. Na Região Metropolitana de São Paulo, esse crescimento é de 11,03% para 18,3% no mesmo período. Trajetória semelhante ocorre no estado de São Paulo, em que esses empregos passam de 12,26% do total para 19,78% do total entre 1991 e 2015. Essa evolução do emprego formal no setor de comércio pode ser visualizada na Tabela 13.

Tabela 13 - Evolução do emprego formal no comércio no município de São Paulo, na Região Metropolitana de São Paulo e no estado de São Paulo (% dos empregos formais totais, 1991 – 2015)

Ano	MSP	RMSP	ESP
1991	11,32	11,03	12,26
1992	11,01	10,75	11,9
1993	11,14	10,99	12,1
1994	12,75	12,37	13,49
1995	13,67	13,4	14,19
1996	14	13,91	14,72
1997	14,44	14,1	15,25
1998	14,7	14,38	15,69
1999	14,82	14,49	15,88
2000	15,58	15,12	16,4
2001	16,22	15,67	16,95
2002	15,69	15,7	17,16
2003	16,71	16,36	17,79
2004	17,15	16,81	18,2
2005	17,42	17,32	18,73
2006	17,2	17,2	18,6
2007	17,3	17,5	18,7
2008	17,3	17,6	19
2009	17,5	17,8	19,2
2010	17,7	18	19,3
2011	17,4	18	19,3
2012	17,46	18,1	19,46
2013	17,48	18,12	19,56
2014	17,32	18,2	19,72
2015	17,17	18,3	19,78

Fonte: PED - Dieese/Seade, 1991 a 2015. Elaboração: o autor

Crescimento mais significativo ainda ocorre na proporção do setor de serviços frente ao total dos empregos formais, tanto no município de São Paulo como na Região Metropolitana de São Paulo e no estado de São Paulo.

O emprego formal no setor de serviços cresce de 50,04% do total dos empregos em 1991 para 68,41% do total em 2015, no município de São Paulo. Na Região Metropolitana de São Paulo, essa proporção passou de 45,23% em 1991 para 62,83% em 2015. No estado de São Paulo, passa de 41,55% para 54,5% no mesmo período. Também é na década de 1990 que esse crescimento se dá de forma mais intensa, nas três regiões analisadas. Essa evolução do emprego formal no setor de serviços pode ser visualizada na Tabela 14.

Tabela 14 - Evolução do emprego formal no setor de serviços no município de São Paulo, na Região Metropolitana de São Paulo e no estado de São Paulo (% dos empregos formais totais, 1991 – 2015)

Ano	MSP	RMSP	ESP
1991	50,04	45,23	41,55
1992	51,55	46,7	42,49
1993	49,34	45,16	41,14
1994	55,96	50,74	44,47
1995	58,65	53,14	47,81
1996	60,56	55,17	49,12
1997	61,43	56,5	49,94
1998	63,26	58,59	51,59
1999	63,95	59,46	52,08
2000	63,68	59,26	51,84
2001	63,74	59,39	52
2002	65,1	60,78	52,85
2003	64,91	60,3	52,33
2004	64,59	59,59	51,19
2005	64,44	59,17	50,94
2006	65,6	60,2	51,5
2007	65,5	59,9	51,1
2008	65,4	59,7	51
2009	65,4	59,9	51,6
2010	65,1	59,6	51,6
2011	65,3	59,8	51,6
2012	65,98	60,77	52,47
2013	66,06	60,67	52,57
2014	66,99	61,56	53,31
2015	68,41	62,83	54,5

Fonte: PED – Dieese/Seade, 1991 a 2015. Elaboração: o autor

Essas alterações, associadas à reconversão econômica no município de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo, mais que deslocar a força de trabalho entre os diferentes setores da economia, alteram a composição do mercado de trabalho, expulsando trabalhadores de um perfil e absorvendo trabalhadores de outros perfis. Neste sentido, os distritos do município de São Paulo que passam por processo de expansão do comércio popular, formal ou informal, e de atividades como a da produção têxtil em precárias oficinas de costura atraem e absorvem trabalhadores frequentemente imigrantes. É essa alteração no perfil do trabalhador atraído e absorvido que associa o processo de reconversão econômica à emergência de novos fluxos migratórios e de refúgio no município de São Paulo.

Figura 18 - O Pari do comércio: ônibus de comerciantes de todo o Brasil estacionados no que já foi o pátio da paróquia, São Paulo – SP (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

Figura 19 - A paróquia e o shopping popular: distintas territorialidades no bairro do Pari, São Paulo – SP (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

Figura 20 - Antiga área da paróquia, arrendada e subarrendada para o comércio popular do Pari, São Paulo – SP (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

MIGRAÇÃO E REFÚGIO NA SÃO PAULO DO SÉCULO XXI

Nos últimos anos, transformações na divisão internacional do trabalho têm promovido repercussões na dinâmica das migrações internacionais (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). A crise econômica que acometeu os países centrais do capitalismo global pós 2007/2008 promoveu uma deterioração das relações de trabalho que se abateu principalmente sobre a parcela do mundo do trabalho formada por trabalhadores imigrantes (CANALES, 2015; COVARRUBIAS, 2010). Como consequência, agravou-se a discriminação a esses imigrantes (CANALES, 2015), diminuiu o volume de remessas de migrantes para os países de origem (CEPAL, 2009) e novas mobilidades da migração internacional emergiram (BAENINGER, 2016), com novas fases e faces da migração internacional (BAENINGER, 2012), tais como a migração de retorno e a reemigração (FERNANDES e CASTRO, 2013).

A intensificação de instabilidades sociais e políticas, a emergência de conflitos armados e a perseguição a grupos étnicos, políticos, religiosos e culturais seguem produzindo movimentos de refugiados, aos quais também se impõem as restrições crescentes à entrada na União Europeia e nos Estados Unidos. Nesse cenário, o Brasil tem se inserido também na dinâmica da mobilidade internacional de refúgio. A vinculação do Estado brasileiro aos tratados internacionais de refúgio e a Lei no 9.474/1997 (Estatuto Jurídico do Refugiado) trouxeram também novos povos para o país, como os atuais solicitantes de refúgio venezuelanos.

Figura 21 - Solicitante de refúgio venezuelana apontando no mapa a trajetória até São Paulo (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

Nesse contexto, a cidade de São Paulo tem se consolidado como destino para imigrantes internacionais e refugiados, em razão de uma nova realocação geopolítica do Brasil nos últimos anos (BAENINGER, 2016), não apenas em contexto latino-americano como também global (MAGALHÃES, 2017).

Figura 22 - A “Copa dos Refugiados”: diversidade e celebração do esporte no refúgio encontrado em São Paulo (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

Dentro do contexto brasileiro, fluxos como o de haitianos (MAGALHÃES, 2017) e de senegaleses (TEDESCO e GRZYBOVSKY, 2013) manifestaram maior dispersão pelo território, atenuando essa tendência apenas com o crescimento do desemprego nas principais Unidades da Federação (UFs) após 2015. A concentração espacial em São Paulo, manifestada por fluxos mais antigos como de peruanos e bolivianos, foi seguida também pelos refugiados sírios e fluxos africanos menores, como de moçambicanos, angolanos e congoleses.

Figura 23 - Anúncio de novela angolana no coração de São Paulo (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

Em resumo, imigrantes de países como Haiti, Senegal e Gana juntamente com refugiados sírios, angolanos, colombianos e congoleses (SINCRES, 2015; BÓGUS e MOZINE, 2016) integram o mosaico da imigração e do refúgio em São Paulo nos anos recentes. Essas novas chegadas se somam às outras anteriores, como a de peruanos, bolivianos e paraguaios, que seguem aportando à cidade a partir de redes sociais já estabelecidas e presenças consolidadas em determinados segmentos do mundo do trabalho, ainda que precários.

Figura 24 – Vendedor ambulante senegalês no distrito da República, São Paulo (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

A paisagem urbana e social de diversos bairros do município de São Paulo vê-se, assim, transformada com a chegada de novas nacionalidades e sua presença no comércio, na indústria da costura e em empreendimentos étnicos, como os restaurantes e salões de beleza. Tal processo está em curso desde o final do século XX e se reforça neste século XXI, envolvendo de forma mais direta distritos da região central de São Paulo, como Bom Retiro, Liberdade, Pari, Brás, República e Sé.

Figura 25 - Uma rede migratória já consolidada: tradicional festa sul-coreana no bairro do Bom Retiro, São Paulo (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

A transformação urbana e social nesses distritos, por sua vez, guarda íntima relação com um processo anterior de desconcentração industrial, de expansão do setor terciário na cidade e dos processos atuais de reestruturação produtiva, que têm São Paulo como o coração da indústria financeira do país (PACHECO, 1998). A inserção laboral da população imigrante também se articula a essas transformações da produção global (SASSEN, 1998).

Figura 26 - Na Barra Funda, um centro voltado ao acolhimento e ao encaminhamento ao mercado de trabalho



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

Considerando a heterogeneidade dos processos sociais migratórios, sua distribuição espacial, sua concentração e as diferentes nacionalidades, a pesquisa exploratória qualitativa considerou em seu arcabouço teórico-metodológico, os seguintes pressupostos teóricos:

1. a heterogeneidade dos fluxos migratórios (Castles e Miller, 2003);
2. a inserção diferenciada do imigrante no mercado de trabalho informal a partir das redes sociais (Guarnizo et al, 2003) e das relações de gênero (PERES, 2016);
3. a formação de economia étnica (Bonacick, 1972; Waldinger, 1993; Portes e Landolt, 1996), com a conformação de nichos étnicos, onde também operam relações de gênero;
4. a formação e ocupação de espaços públicos, nos quais as manifestações culturais desses grupos imigrantes interagem socialmente, em atos e eventos em que as relações de gênero também estão presentes.

Figura 27 - A Mesquita do Brás, no coração do Pari, ao lado do hotel para comerciantes populares de todo o Brasil (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

IMIGRAÇÃO HAITIANA

A imigração haitiana no Brasil é um fenômeno social que, embora recente (os primeiros registros dessa presença no país são do final de 2010), insere-se em um contexto de diversos processos históricos de emigração (Cuba, República Dominicana, Estados Unidos, Canadá, França e Bahamas) que, desde meados do século XIX têm produzido no Haiti uma tradição migrante. No Brasil, pelo menos 85 mil haitianos e haitianas tiveram no país local de destino ou de trânsito, ressaltando a existência de estratégias migratórias internas no Brasil e mesmo para outros países. Em que pese um perfil social e demográfico inicial caracterizados por chegada indocumentada ao Brasil e condições muito precárias de acolhimento na fronteira do Brasil com o Peru, atualmente esse perfil tem se alterado, especialmente por efeito das Resoluções Normativas 97 e 102 do CNlg, que operam, via expansão da emissão de vistos no Brasil, no Haiti e em outros países (Peru, Equador, Bolívia e República Dominicana), a mudança na migração de uma via terrestre para a via aérea.

Em 2015, último ano para o qual há dados disponíveis do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre trabalhadores estrangeiros admitidos no mercado formal de trabalho brasileiro, São Paulo ocupa a segunda posição na relação das cidades que mais admitiram trabalhadores e trabalhadoras haitianas no mercado formal de trabalho. Beneficiada, certamente, pela diminuição radical no número de contratações de haitianos e haitianas pela agroindústria catarinense (Chapecó figurava constantemente em segundo lugar nessa relação e em 2015 sequer aparece entre as dez principais cidades), São Paulo admite esses trabalhadores nos setores da construção civil e de alimentação e restaurantes.

As mulheres haitianas ocupam predominantemente postos de cozinheiras em restaurantes e faxineiras em estabelecimentos terciários. São, no entanto, as mulheres haitianas as maiores responsáveis por dois fenômenos sociais característicos da migração haitiana em São Paulo: a formação de um território étnico a partir de sua concentração em um espaço público físico apropriado e vivido (BOURDIEU, 1997) e as manifestações, nesses espaços, de práticas transnacionais (CANALES, 2015). O principal desses espaços é a Baixada do Glicério.

Na Baixada do Glicério, região limite entre os distritos da Liberdade e da Sé, na região central de São Paulo, a apropriação do espaço público por haitianos e haitianas dá-se em decorrência da presença no local da Missão Paz, principal espaço de acolhimento de imigrantes na cidade e no país.

Figura 28 - Missão Paz: território de encontros e recomeço na Baixada do Glicério, São Paulo (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

Ao redor da Igreja Nossa Senhora da Paz, onde está situada a Missão Paz, a paisagem urbana e social vê-se, desde 2010, redesenhada, predominando atualmente população imigrante haitiana. Espaços como a rua dos Estudantes, rua Conde de Sarzedas, rua do Glicério e rua Dr. Lund apresentam intensa atividade comercial de negócios típicos da comunidade haitiana, como pequenas lojas de envio de remessas de migrantes, barbearias, salões de beleza, lojas de conserto de bicicletas e restaurantes. A formação desse espaço público identitário haitiano é, também, decorrência do enorme adensamento domiciliar: a existência nessa região de cortiços e de casas coabitadas faz das calçadas o espaço de convivência, dado que as casas são, muitas vezes, utilizadas exclusivamente para o descanso e repouso¹³. É nesse contexto que as mulheres haitianas são mais visíveis. Na

13- A prática de revezamento das camas em domicílios excessivamente adensados remete-nos às condições mais precárias de formação e desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista. Marx (1867/1988), referindo-se às mudanças no processo produtivo voltadas à maior extração de mais-valia e aumento dos lucros, afirma que “começaram então a prática do trabalho noturno, revezando, sem solução de continuidade, a turma do dia pelo da noite. O grupo diurno ia se estender nas camas ainda quentes que o grupo noturno ainda acabara de deixar, e vice-versa. Todo mundo diz, em Lancashire, que as camas nunca esfriam” (MARX, 1867/1988, p. 876).

rua do Glicério, onde situa-se a Missão Paz, é onde essa presença é mais visível, e nela as “Madanm Sara” mostram a face mais evidente do caráter transnacional dessa mobilidade. Por “Madanm Sara” são chamadas as mulheres haitianas que preparam e comercializam alimentos e refeições em Porto Príncipe e em todo o Haiti. São elas quem fornecem, em um contexto de escassez de restaurantes e insegurança alimentar, a alimentação diária da maior parte das famílias haitianas. Segundo Thomaz (2010), “as Madanm Sara” são as comerciantes que garantem a oferta de produtos de boa parte dos mercados de Porto Príncipe. Conectam a capital com as regiões rurais do país e são as responsáveis até mesmo por circuitos existentes entre o Haiti e a República Dominicana, os Estados Unidos e o Panamá” (THOMAZ, 2010, p. 30). Não seria forçoso já incluir o Brasil e especificamente São Paulo no rol dessa conexão, ou, em outras palavras, no espaço de vida (COURGEAU, 1980; DOMENACH, 1996) da migração haitiana (MAGALHÃES, 2017). A capilaridade das “Madanm Sara” no território das cidades haitianas é tão grande que, no pós-terremoto de 2010, quando a Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti (Minustah) não sabia precisamente como fazer para levar os alimentos e medicamentos arrecadados mundialmente, foram elas que aliviaram, com seus produtos e sem qualquer procura e reconhecimento da Minustah, a situação de enorme vulnerabilidade na região da capital (THOMAZ, 2010).

Ao redor da Missão Paz, essas “Madanm Sara” ressignificam o território social da Baixada do Glicério e alteram a paisagem urbana da região: bananas da terra são fritas e cozidas em panelas enormes, espigas de milho são assadas em latões improvisados, doces de farinha e de coco são preparados e vendidos nas calçadas, assim como “cremas”, bebida típica haitiana, e outras frutas. Nada disso havia antes da presença haitiana na região. As “Madanm Sara”, juntamente com todo o conjunto de negócios étnicos haitianos da região, mostram a vitalidade e importância da ação das mulheres para a reprodução social da comunidade haitiana. Tal conclusão dá-se somente com a elaboração de instrumentos de pesquisa de campo capazes de observar essas mulheres: a frieza dos números muitas vezes não nos permite vê-las. Peres (2016) sintetiza essa dificuldade de identificação das especificidades de gênero a partir das fontes tradicionais de pesquisa sobre migração: “as ‘fontes de dados tradicionais’, muitas vezes, por sua própria concepção, periodicidade, cobertura ou definição de conceitos, não se aplicam a um fluxo migratório feminino. Faz-se necessário, então, lançar mão de outros recursos metodológicos que superem as limitações dos censos demográficos” (PERES, 2016, p. 276).

Em que pese essa importância, a participação das mulheres haitianas nas atividades culturais e políticas da comunidade não é frequente. A associação dos haitianos da cidade é bastante masculinizada, o que expressa uma relação de gênero em que às mulheres historicamente outras tarefas são atribuídas. Assim parece ser na associação de São Paulo, de outras cidades em outros estados do Brasil, e na própria capital haitiana, Porto Príncipe (MAGALHÃES, 2017).

Figura 29 – Madanm Sara em Porto Príncipe, Haiti (primeira foto), e na Baixada do Glicério (2017)

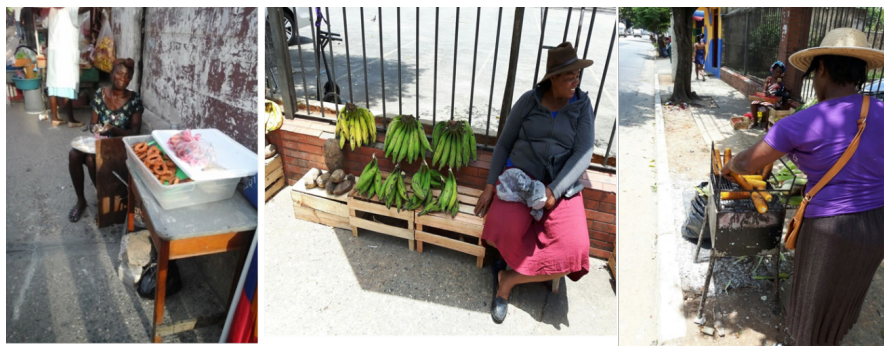


Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

IMIGRAÇÃO BOLIVIANA

O fluxo e a comunidade boliviana em São Paulo, por serem já estabelecidos (remontam a meados do século XX), possuem outras características e outras formas de inserção laboral, construção de território, apropriação de espaços públicos e de participação das mulheres nas atividades culturais e políticas.

Figura 30 – Centro Integrado do Imigrante, o “centro do boliviano”, no Brás, São Paulo (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

No que se refere ao histórico da presença boliviana na cidade, Silva (1997), ressalta que:

A presença boliviana em São Paulo não constitui um fato novo. Embora ela tenha se tornado significativa somente a partir da década de 1980, pode-se dizer, contudo, que tal presença remonta ao início da década de 1950, quando já era possível constatar alguns bolivianos na cidade na condição de estudantes, os quais vieram estimulados pelo programa de intercâmbio cultural Brasil-Bolívia. Após o término dos estudos, muitos deles acabavam optando pela sua permanência na cidade, em razão das múltiplas ofertas de emprego encontradas naquele

momento no mercado de trabalho paulistano. As razões pelas quais os bolivianos continuam deixando a Bolívia são múltiplas. Porém, os fatores de ordem econômica são preponderantes na decisão de emigrar, já que o mercado de trabalho brasileiro, mesmo na denominada “década perdida”, ou seja, a de 1980, oferecia mais oportunidades de emprego do que o mercado de trabalho boliviano, já que o país enfrentava uma profunda crise econômica, com altos índices de inflação e desemprego. (Silva, 2006, p. 159-160)

A imigração boliviana em São Paulo concentra-se atualmente nos setores da costura e venda de produção têxtil nos bairros do Brás, Pari e Bom Retiro. Nesses distritos, que também se localizam na região central da cidade, dividem o território com outros imigrantes latino-americanos (peruanos e paraguaios), africanos (senegaleses e ganeses, principalmente) e asiáticos (chineses e sul-coreanos). As interações sociais entre esses grupos migrantes restringem-se às relações de trabalho: paraguaios, peruanos e bolivianos produzem as roupas contratados por chineses e sul-coreanos, em instalações que pertencem à comunidade árabe; as roupas são vendidas também por senegaleses e ganeses, formal e informalmente, na extensão das ruas Rangel Pestana e Celso Garcia. Na costura, homens e mulheres dividem oficinas caracterizadas por insalubridade do ar, intensa atividade laboral, longas jornadas e sistemas diferenciados de remuneração. Embora seja um fluxo mais antigo, em trabalhos de campo anteriores, pudemos concluir que sua manutenção é essencial para o funcionamento das relações de dominação econômica no trabalho: atualmente, as redes de contratação operam desde a Bolívia, recrutando pessoas que já realizavam o trabalho na costura. A viagem ao Brasil e a primeira residência criam uma dívida do trabalhador com o seu recrutador (frequentemente um amigo ou alguém conhecido e próspero na comunidade, também ela transnacional, não obstante ser um país vizinho) e um laço de dependência que impede a saída do trabalho de costura.

O sistema de pagamento depende diretamente da condição do trabalho: se informal, depende do número de peças produzidas (geralmente é pago R\$ 1,50 por camisa e R\$ 2,00 por peças maiores) ou mesmo do número de costuras realizadas (R\$ 0,25 por parte da peça costurada). As jornadas de trabalho nesse caso costumam ser de 12 horas por dia ou mesmo mais. É na informalidade em que ocorre a residência na própria oficina, e isso é fundamental, como veremos a seguir, no âmbito das estratégias específicas construídas pelas trabalhadoras bolivianas. Se formal, a jornada oscila entre 40 e 50 horas semanais, com remuneração fixa de um salário mínimo mais prêmios por produtividade, vale transporte e vale alimentação. O controle do tempo é tão importante que as jornadas incluem frações de hora, sendo, predominantemente, das 7h às 16h48. Aos sábados, o trabalho é até às 12h, quando a partir de então abre-se a esses bairros uma intensa apropriação do espaço e construção, comercial e cultural, do território.

Figura 31 - Pequeno mercado boliviano no bairro do Brás, São Paulo (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

Formalidade e informalidade não são, nesse contexto, excludentes. Seja do ponto de vista econômico, em que etapas informais somam-se até uma última etapa formal de comercialização, sob a qual o setor integra uma cadeia mercantil de valor que alimenta a acumulação comercial, inclusive em outras regiões do país, seja do ponto de vista das relações de gênero, em que as mulheres tornam-se mais comuns na informalidade justamente pelas exigências da jornada de trabalho doméstico: o cuidado com as crianças é central para aquelas que escolhem residir nas oficinas e ter, com isso, seus filhos e filhas diante dos olhos.

A partir das 12h de sábado até a noite de domingo, a comunidade boliviana busca ocupar os espaços públicos da região e fortalecer seus laços de solidariedade étnica. Dois espaços são mais ocupados, cada um a seu modo. Culturalmente, a Praça da Kantuta, na região do Canindé, bairro do Pari, reúne centenas de bolivianos e bolivianas. É nela que ocorre a tradicional Feira da Kantuta, em que todos os domingos, das 11h às 19h, o mosaico gastronômico, artesanal e cultural da Bolívia é apresentado e reverenciado. Comercialmente, a rua Coimbra, no Bairro do Brás, é o espaço público mais apropriado e utilizado. Em sua extensão, inúmeros restaurantes, casas de câmbio, lojas de envio de remessas, agências de companhias aéreas, salões de beleza e mesmo mercados étnicos, nos quais são vendidas batatas, milho, frutas e cervejas, produzidos na Bolívia e transportados em pequenos caminhões até São Paulo.



Figura 32 - Salão de beleza étnico no Brás, São Paulo (2017)

Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

Na apropriação comercial do espaço, as mulheres realizam, além do trabalho nas oficinas, trabalhos nos salões de beleza e na alimentação de calçada (nos restaurantes, formalizados, elas são raras). O trabalho nos salões revela uma divisão dos rendimentos totais que se assemelha ao trabalho nas oficinas de costura: as trabalhadoras informais residem no andar superior do salão e recebem 50% do valor de cada corte. O restante é do empregador, que paga o aluguel do espaço a proprietários que, segundo as entrevistadas, também são árabes. Em alguns casos, foram esses empregadores que tiveram que autorizar ou não as entrevistas de suas funcionárias. As mulheres, em termos gerais, são menos predominantes nos estabelecimentos da rua Coimbra. Mas é no final desta rua, no Centro Integrado do Imigrante, que as mulheres são mais visíveis, seja como funcionárias do centro, seja como demandantes de seus serviços de qualificação profissional, assistência médica e encaminhamento a órgão da prefeitura.

O descanso do trabalho nas oficinas se dá nas feiras culturais, mas mesmo nessas as mulheres, bem mais que os homens, comercializam bens que conseguiram produzir em suas máquinas de costura próprias, comidas e artesanatos. “Descansam” trabalhando um pouco mais, perfazendo dessa forma uma tripla jornada de trabalho.

Figura 33 - O rap como expressão política dos imigrantes bolivianos e peruanos em São Paulo (2017)

Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)



Na apropriação cultural do espaço, cabe destacar que a Feira da Kantuta ocorre no âmbito de uma intensa e organizada mobilização cultural. A comunidade boliviana em São Paulo possui não apenas uma Associação dos Residentes Bolivianos (que existe há 47 anos e está localizada no próprio Centro Integrado do Imigrante) como também a Associação Cultural Folclórica Bolívia Brasil, cuja missão é “promover a diversidade cultural e de valores religiosos que identificam o povo boliviano com suas tradições e raízes para futuras gerações” (ACFBB, 2017). Localizada no Canindé, mais próxima de onde ocorre a Feira da Kantuta, a Associação organiza festividades como a Festa da Independência da Bolívia (que geralmente ocorre no Memorial da América Latino, no primeiro final de semana de agosto) e a Escolha da Rainha do Folclore Boliviano. Nesta escolha, 14 escolas e agremiações culturais da comunidade boliviana competem através de desfiles, danças e perguntas sobre a cultura do país. As representantes desses grupos são jovens meninas, entre 15 e 20 anos, que carregam consigo a torcida de centenas de pessoas que, animadamente, lotam o auditório principal da Missão Paz.

As relações de gênero no âmbito da Associação são visíveis: enquanto a diretoria é formada por apenas uma mulher, e os membros habilitados e destacados com camisas e crachás oficiais para a organização da Escolha da Rainha sejam também predominantemente homens, são as mulheres e meninas que competem entre si e carregam em seus passos de dança, vestimentas típicas e respostas aos jurados (também de maioria masculina) as esperanças de sua comunidade. São a maioria nas torcidas e são quem, na prática, tornam o espaço e a atividade possíveis.

Figura 34 - A Escolha da Rainha do Folclore Boliviano: cultura, identidade e gênero em disputa em São Paulo (2017)



Foto: Luís Felipe Aires Magalhães (pesquisa de campo)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos associar as transformações urbanas na cidade de São Paulo às novas faces da migração internacional e do refúgio na capital paulista. A recomposição na estrutura do emprego à luz do processo de reconversão econômica ampliou o peso do setor de comércio e de serviços na economia da cidade e da Região Metropolitana de São Paulo, abrindo um amplo segmento ou nicho do mercado de trabalho local que é aquele caracterizado pela atração e absorção de trabalhadores imigrantes de outros países. Esses nichos tornam-se mais evidentes em determinados distritos da cidade, como a costura, que emprega bolivianos no Pari, no Brás e no Bom Retiro, o comércio de rua, que emprega senegaleses no Brás, na República e na Sé, e a construção civil, que emprega haitianos nos novos estabelecimentos imobiliários da cidade.

Nesse novo mosaico étnico e social da cidade, caracterizado pela presença constante dos periféricos na periferia (BAENINGER, 2016; VILLEN, 2016), é importante cada vez mais considerar as especificidades existentes não apenas de um fluxo em relação a outro, mas também dentro de um mesmo fluxo: isso requer um olhar transversal capaz de envolver além da etnia, classe social e gênero. Na costura, por exemplo, um amplo leque de trajetórias e inserções laborais específicas definem a migração boliviana feminina a partir dela mesma. Os resultados preliminares apontam para uma reflexão sobre os significados da formalidade e informalidade nos nichos étnicos ocupados por essas mulheres, e sua vinculação à divisão internacional do trabalho através das cadeias mercantis de valor. Formalidade e informalidade não são dimensões tão distintas do processo de trabalho nesses nichos, e no que se refere ao trabalho feminino, os limiares entre eles apontam para estratégias pessoais decorrentes da dupla jornada de trabalho: mulheres optam pela informalidade para poder trabalhar em casa e permanecer próxima dos filhos. A presença de “recrutadores” na origem e no destino migratório constitui o universo laboral para diferentes inserções ocupacionais de mulheres ocupadas nos nichos étnicos da costura, dos restaurantes, dos salões de beleza e do comércio ambulante. A informalidade e o trabalho sem contrato já anunciam a inserção social de imigrantes em determinada rede migratória, o que os aprisiona em uma rede de trabalho informal. No nicho étnico da costura é evidente que a flexibilização da produção e o pagamento por peça reforçam a informalidade do trabalho, que está presente na produção global da cadeia do vestuário. É particularmente nesse nicho em que a opção pela informalidade se manifesta de forma mais clara, não apenas em decorrência da exigência do trabalho doméstico como também enquanto mecanismo para, trabalhando-se mais horas, obter uma renda superior, renda esta que a formalidade não permitiria.

É importante também considerar a realidade específica dos novos refugiados na cidade de São Paulo. Não obstante possuírem origens, razões e trajetórias absolutamente específicas, muitas vezes acabam por dividir os mesmos nichos econômicos (como ocorre na maioria dos casos que envolvem refugiados africanos, por exemplo). Todavia, as redes construí-

das historicamente por esses sujeitos seguem sendo capazes de garantir inserções laborais e interações sociais diferenciadas, além de mobilizarem recursos étnicos (econômicos, políticos e culturais) capazes de redefinir a própria produção do território, como é o caso dos bolivianos na rua Coimbra, dos sul-coreanos no Bom Retiro e dos haitianos na Baixada do Glicério. Cada vez mais a cidade se transforma por esses movimentos, mas não podemos perder de vista que o espaço não é apenas condicionado pela migração como também a condiciona: cada vez mais os imigrantes e refugiados vêm-se na contingência de residir distante do centro da cidade, nos anéis exterior e periférico.

Distritos como Artur Alvim, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo e Grajaú, por exemplo, cada vez mais recebem esses fluxos, expulsos pela dinâmica econômica das regiões centrais e atraídos por oficinas de costura que fogem da fiscalização existente nos bairros tradicionais da confecção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, Rosana. Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012. 146p.

BAENINGER, Rosana. Migração Transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al (Org). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado. Perfil Demográfico Brasileiro: Mitos e mudanças. In: CHAIA, A.A; CHAIA, M (Org.). Sociedade, Cultura e Política: Ensaios Críticos. São Paulo: Educ, 2004.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; MOZINE, Viviane. Imigração e Refúgio no Brasil Contemporâneo: 1930-2012. In: Migração, Trabalho e Cidadania. CUTTI D. et al (Org.). São Paulo: Educ, 2016.

BONACICH, Edna. A Theory of Ethnic Antagonism. The Split Labor Market. In: American Sociological Review 37: 547-559, 1973.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRUNA, Gilda Collet. Urbanização e Regularização de Loteamentos e Habitações. In: BÓGUS, Lúcia; RAPOSO, Isabel; PASTERNAK, Suzana (Org.). Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal – Brasil. São Paulo: Educ, 2010.

CANALES, Alejandro. E pur si muove. Elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global. Guadalajara: M.A Porrúa Y Universidad de Guadalajara, 2015. 196p.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World. Palgrave, London 2003.

CEPAL (2009) La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis_ESPANOL-WEB.PDF>. Acesso em: fev. 2015.

COURGEAU, Daniel. Nuevos Enfoques para Medir la Movilidad Espacial Interna de la Población. In: Revista Notas de Población, n. 50, 1980, p 55-74.

COVARRUBIAS, Humberto Márquez. Desarrollo y Migración: Una lectura desde la Economía Política. In: Revista Migración y Desarrollo, n. 14, primeiro semestre de 2010, p. 59-87.

DOMENACH, Hervé. Sobre la Migratología. In: REMI (Revista Europea de Migrações Internacionais, , v. XII, 1996, p. 101-118.

FERNANDES, Duval (Coord.). Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”. Belo Horizonte: TEM/IOM-OIM/PUC Minas/ Geped, 2014.

FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação G. de. Migração e Crise: O retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. REHMU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXI, n. 41, p. 99-116, jul./dez. 2013.

GUARNIZO, Luis Eduardo et all. Assimilation and Transnationalism: Determinants of Transnational Political Action among Contemporary Migrants, *The American Journal of Sociology*, 108 (6), 1211-48.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 1 recurso online (355 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração Haitiana no Brasil e Remessas para o Haiti. In: BAENINGER, Rosana et al (Org.). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Livro I e II. São Paulo: Difel, 1867/1988.

PACHECO, Carlos Américo. Fragmentação da Nação. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

PASTERNAK, Suzana. Evolução Espacial dos Loteamentos Irregulares em São Paulo. In: BÓGUS, Lúcia; RAPOSO, Isabel; PASTERNAK, Suzana (Org.). Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal – Brasil. São Paulo: Educ, 2010.

PERES, Roberta. Imigração e Gênero: As mulheres haitianas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al (Org.). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

PORTES A, Landolt P. The downside of social capital. *American Prospect* 26:18-22. 1996.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SASSEN-KOOB, Saskia. The New Labor Demand in Global Cities. In: SMITH, M.P. (ed.). *Cities in Transformation*, Sage, Beverly Hills 1984, pp. 139-71.

SILVA, Sidney Antônio da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Revista Estudos Avançados USP*, 20 (57), 2006.

SINCERE – Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiro. Polícia Federal. 2015. TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKY, Denize. Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. REBEP - Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 30, n. 1, Jan./June 2013.

THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o lougawou. In: *Revista Novos Estudos*, Cebrap, n. 86, mar. 2010, p. 23-39.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Novos Nômades Urbanos na Cidade Contemporânea: Desigualdade e exclusão sociais em São Paulo. In: CHAIA, A. A.; CHAIA, M. (Org.). Sociedade, Cultura e Política: Ensaio Críticos. São Paulo: Educ, 2004.

WALDINGER, R. The Ethnic Enclave Debate Revisited. In: International Journal of Urban and Regional Research, 17, p. 444-452.

A CATEGORIA TERRITÓRIO E SEUS DESLIZAMENTOS CONCEITUAIS¹⁴

Mônica de Carvalho¹⁵

Este artigo tem como objetivo contribuir para uma discussão, ainda que preliminar, sobre a noção de território, menos com a intenção de esgotar o seu sentido, mas visando sugerir uma matriz genealógica por meio da qual seja possível identificar os seus diversos deslizamentos conceituais considerando os diferentes momentos de sua apropriação no campo do conhecimento. Não se pretende esgotar a vasta bibliografia que há sobre o tema, recorrendo aos autores conforme permitam ilustrar a hipótese do deslizamento conceitual sugerido.

Parto da premissa de que uma discussão contemporânea sobre a noção de território demanda que se tome como ponto de partida a figuração que ela constitui com a noção de globalização, no sentido eliasiano do termo (Elias, [1970] 2005; Elias, [2002] 2006, p. 25-27), de forma a sugerir que são noções interdependentes – o sentido de uma sendo aclarado por meio da outra –, dispostas numa relação contrapontística e assimétrica se considerada a dimensão espaço-temporal na qual se inserem. Com isso quero propor que uma análise conceitual precisa antes interrogar quando e porque a consciência teórica lança mão de determinados conceitos, o seu sentido sendo em parte aclarado no esforço de responder a essa pergunta. Nada impede que, uma vez respondida, se reconstrua a história do conceito numa longa duração, mas o seu sentido contemporâneo só será

14- Esse artigo aprofunda texto elaborado para discussão no âmbito do Projeto “Territorialidades traçadas pelos fluxos populacionais na cidade de São Paulo”. Pipeq-temático (PUC-SP), 2016-2017.

15- Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, pesquisadora do Observatório das Metrópoles-Núcleo SP e coordenadora do Observatório da Zona Leste-SP. monicacarvalho@uol.com.br

de fato compreendido se entendermos os motivos pelos quais, a partir de um determinado momento, passou a constar com alguma recorrência na consciência teórica, sendo essa a diferença a destacar por oposição ao seu uso indiscriminado.

Um rápido olhar sobre a bibliografia e veremos que os títulos que trazem a noção de território são datados a partir da década de 1990, consideradas as suas primeiras edições. Nesse sentido, para citar apenas alguns autores: Silveira, Souza e Santos (1994); Méo, G. D. (1996); Silveira e Santos (2001); Souza (2003); Telles e Cabanes (Org., 2006). Sem contar aqueles que também lançam mão da noção sem estampá-la no título: Guattari (1990); Bourdieu (1991); Sassen (1994); Rolnik (1997); Santos (1998). Diferentes abordagens, originárias de campos de conhecimento e países diversos, convergem para a tentativa de elaborar o sentido da noção de território, seja de forma explícita, seja na intenção de dela se apropriar para explicar e posicionar-se diante do respectivo objeto de pesquisa.

Sem entrar no detalhamento das discussões próprias a cada um, o que os aproxima é terem considerado que a noção de território cumpriria o objetivo de posicioná-los no âmbito do debate presente naquele momento e que se organizava em torno da noção de globalização econômica. Não só havia um intenso debate sobre o próprio sentido da globalização, a ponto de alguns a colocarem em dúvida, como havia aqueles que, para assumir uma postura crítica, passaram a tomar como contraponto a noção de território. Trata-se, então, de interrogar por que essa noção serviu, naquele momento, como contraponto à noção de globalização? O que nela estaria implícito que lhe garantiria essa função?

Uma das características do debate em torno da globalização econômica – noção mobilizada a partir dos anos de 1990 com o fim do mundo polarizado da guerra fria e com o desenvolvimento intensivo da tecnologia da informação – era a sugestão de que o capital criava a possibilidade de expandir-se para além do território nacional, rompendo suas fronteiras e criando um ambiente econômico que suplantava os limites dos Estados nacionais. Marcada pela temporalidade dos negócios, a globalização se anunciava numa nova escala, a escala global, e sugeria uma dimensão de tal forma desmaterializada que levou Saskia Sassen, em tom quase jocoso, a anunciar, diante da apologia das relações em fluxo, que “não existe uma entidade que se poderia denominar ‘economia global’ situada ‘lá fora’ em um espaço que existe fora do âmbito dos Estados-Nação”. E continua: “na realidade, a localização dos espaços transnacionais em territórios nacionais define a atual fase da economia mundial” ([1994]1998, p. 12)¹⁶.

Eu ainda poderia citar Santos e Silveira (2001) que, como tantos outros, se colocaram a tarefa de se perguntar sobre o sentido da noção de território, lembraram em sua reflexão que, originalmente, ela possuía um “sentido mais restrito”, como “um nome político para o espaço de um país” (p. 19).

16- Na primeira vez em que uma obra for citada, será indicada a primeira edição entre colchetes, nas demais, indicada somente a edição de referência.

Era, portanto, o território nacional que reaparecia como contraponto e como reivindicação das fronteiras nacionais postas em xeque pela economia globalizada, dito e repetido muitas vezes por esses autores das formas as mais diversas: “nos dias da globalização, um esforço de repensar o território” (Santos, Souza, Silveira, [1994] 1998, p. 11). Ou ainda: “o conhecimento do território tornou-se indispensável dada a sua importância nos processos de globalização e fragmentação que se verificam no mundo contemporâneo” (Souza, 2003, p. 17).

Estava desta forma constituído o contraponto – “no processo de transnacionalização, o território retorna como uma revanche” (Santos, Souza, Silveira, 1998, p. 11) – entre o processo de globalização econômica e o território nacional, a princípio.

No entanto, se é possível atribuir a retomada do conceito de território, num primeiro momento, como aquele referido às fronteiras nacionais, a dinâmica de localização no território nacional da economia globalizada – como mencionada por Sassen – produz o confronto entre escalas e temporalidades diversas no mesmo espaço físico, produzindo, neste caso, um primeiro deslizamento do conceito. É neste momento que território começa a se descolar do espaço físico que designava – o espaço de um país – para designar um tipo de ordem social diversa daquela imposta pela dinâmica da economia global.

Assume-se o que de alguma forma estava contido na ideia de nacional, mas com uma peculiaridade: o território define uma condição identitária cuja característica é se configurar como espaço diferencial¹⁷ (Lefebvre, [1974] 2000, p. 407-460) no espaço físico nacional por oposição à cunha vertical (Santos, [1994] 1998, p. 19)/ordem distante (Lefebvre, [1968] 1991, p. 46) da economia globalizada que finca sua ordem no interior das fronteiras nacionais (horizontalidades/ordem próxima, respectivamente Santos e Lefebvre).

Neste deslizamento, a noção de território assume várias adjetivações, muitas vezes por elas intercambiada. Uma delas, a noção de lugar, vulgarizada por Marc Augé no seu oposto, o não-lugar, obra publicada na mesma década (em 1992), e em que definia os espaços de trânsito internacional como aeroportos, rodoviárias, estações de trem e metrô, mas também as grandes cadeias de hotéis e supermercados como os espaços despersonalizados (Augé, [1992] 1994, p. 74). “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (1994, p. 73). No entanto, não pretendia sugerir que esses espaços estivessem em ambientes diversos, ao contrário: “O lugar e

17- “No meio das antigas contradições nascem novas que levam eventualmente o espaço abstrato em direção ao seu fim. A reprodução das relações sociais de produção no seio deste espaço não se realiza sem um duplo movimento: dissolução das relações, nascimento de novas relações. De sorte que o espaço abstrato, malgrado sua negatividade (ou antes, em razão desta negatividade) engendra um novo espaço que portará o nome de espaço diferencial. Por quê? Porque o espaço abstrato tende à homogeneidade, que reduz as diferenças (particularidades) existentes. O espaço novo não pode nascer (se produzir) senão acentuando as diferenças. Ele integrará o que o espaço abstrato desintegra: as funções, os elementos e os momentos da prática social” (Lefebvre, 2000, p. 64) (os textos em francês são tradução livre da autora).

o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve sem cessar o jogo embaralhado da identidade e da relação” (Idem, p. 74).

Duas imagens importam reter da sugestão de Marc Augé: a primeira, a de palimpsesto, que traz consigo a ideia de ordens superpostas sem que uma, no entanto, consiga apagar a outra. E, a segunda, a articulação da noção de lugar com a ideia de história. Nesta construção, o lugar aparece tanto como resultado da sua produção ao longo do tempo (produção do espaço, para lembrar Lefebvre [1974] 2000), mas também como aquele que antecede ao não-lugar que o confronta: escalas e temporalidades diversas em conflito, em confronto. A escala global contemporânea/presentificada – “os não-lugares, contudo, são medidas de nossa época” (Augé, 1994, p. 74) – em confronto com a escala histórico-local, lugares de grupos sociais que têm produzido o espaço ao longo do tempo, imprimindo nele a sua identidade.

Na terminologia marxiana de Lefebvre, o confronto entre lugar e não-lugar poderia muito bem traduzir-se na oposição entre obra e produto¹⁸, entre a produção do espaço por meio dos grupos sociais ao longo da história a imprimir sua identidade ao território (obra), por oposição às marcas do mercado global, desterritorializadas, não-lugares, passíveis de reconhecimento em todo o mundo – o M do McDonald’s (Fontenelle, 2002)¹⁹ – a fincar a imagem do mesmo em qualquer espaço físico que lhe seja franqueado.

Postas de lado as especificidades que lhes separam, o mesmo sentido é sugerido no conceito território usado, de Milton Santos (1998, p. 19)²⁰, ou mesmo o espaço físico apropriado, de Bourdieu²¹, cuja tônica recai em adjetivos (uso e apropriação) que foram construídos na oposição à noção de alienação própria à sociedade de mercado capitalista, conforme discutida

18- “A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca” (Lefebvre, 1991, p. 4).

19- “...o McDonald’s já é considerado por muitos um ‘símbolo da nova economia global’ dado o fato – esse sim concreto – de sua expansão acelerada a através do globo” (Fontenelle, 2002, p. 31). Ou ainda a mesma Fontenelle citando Benjamin Barber, que escreveu *McWorld*: “pelo avanço de forças econômicas e ecológicas que demandam a integração e uniformidade e mesmerizam o mundo com música rápida, computadores rápidos, comida rápida – com MTV, Macintosh e McDonald’s – forçando as nações a se inserirem em uma rede global comercialmente homogênea: um McMundo ligado por tecnologia, ecologia, comunicações e comércio” (Idem, p. 35).

20- “Por enquanto, o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência a escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território)” (Santos, 1998, p. 19).

21- O espaço físico apropriado em Bourdieu tem uma conotação um pouco diversa da ideia de território usado em Milton Santos, pois para Bourdieu o espaço físico apropriado decorre da projeção no espaço físico da estrutura do espaço social, considerando a localização de bens e serviços, mas também dos agentes sociais na sua desigualdade na apropriação e distribuição dos diferentes tipos de capital. Nos seus termos: “a capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos e privados) que se encontram distribuídos depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis, ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital)... Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado de pessoas e dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência de finitude: ela prende a um lugar” (Bourdieu, [1993] 1997, p. 163-164). É exatamente o que ele nomeia de efeitos de lugar.

em Marx. Da mesma forma, no debate sobre a noção de território, serão produzidos os equivalentes ao conceito de alienação, materializados nos termos desterritorialização ou desenraizamento para designar a perda da identidade em relação ao território ou a perda mesma do território, se já podemos incorporar a identidade ao conceito.

Há aqui uma verdadeira inversão em relação às concepções de lugar na origem da sociedade moderna. Se lembrarmos a positividade atribuída, por exemplo, por Simmel (1902) à noção de cosmopolitismo, espanta que Todorov ([1996] 1999), ainda que valorizasse a sua experiência de “homem desenraizado”, tenha feito antes a opção por este termo – desenraizamento – para caracterizar a sua vida entre fronteiras. Se viver para além das fronteiras nacionais era, no instante em que Simmel escrevia, romper os limites sufocantes das pequenas cidades, agora os que podem com desenvoltura vagar para além delas percebem-se como homens desenraizados. Essa percepção, para lembrar um dos elementos da tríade lefebvriana, dá bem a nota do sentido que a questão da identidade assume na sociedade contemporânea.

No entanto, há que se atentar para o perigo de confundir a identidade com o espaço físico, pois isso poderia levar ao que Bourdieu bem sugeriu: estar preso a um lugar. Uma coisa é pensar o território identitário como contraponto crítico, no âmbito do pensamento (espaço concebido), ou mesmo como resistência (espaço vivido). Outra coisa é o território identitário como destino. Neste caso, introduz-se outro deslizamento do conceito, quando, então, é preciso se interrogar pelos agentes sociais na sua ação, mais do que a reificação da ação no espaço.

Retomando Lefebvre, para quem as oposições binárias tendem ao fracasso analítico (2000, p. 49), os espaços devem ser compreendidos a partir de uma tríade: o espaço vivido, o espaço percebido e o espaço concebido (Idem, p. 50). Na discussão que fiz até agora, podemos dizer que estiveram em contraponto o espaço vivido – território – e o espaço concebido – desterritorialização da economia globalizada. Por mais produtiva que tenha sido em seu início compreender essa oposição, um terceiro momento do conceito vai introduzir o sujeito na ação de forma a então descolar ainda mais a noção de território do espaço físico que designava. E, neste caso, há não só uma modificação de sentido, mas há também uma mudança do próprio termo, agora compreendido como territorialidade.

Nos termos de Philippe Tizon, em sua abertura ao livro de Guy de Méo, trata-se antes de “reunir na noção de territorialidade (dos indivíduos) as duas abordagens, as duas visões da sociedade frequentemente apresentadas como contraditórias: o local e o global dos geógrafos, o social e o individual dos sociólogos, o privado e o público, o material e o ideal, o objetivo e o subjetivo” (Tizon; Meo, 1996, p. 28) por meio de uma análise que toma como objeto de investigação os percursos traçados pelos agentes sociais a partir de suas diversas posições no espaço social, produzindo-se ou “territorializando-se ao territorializar o espaço” (Idem, p. 28).

O agente social ganha destaque nessa forma de compreender o território que deixa de ser um espaço fixo, acabado, para ser compreendido por meio dos percursos traçados pelos agentes sociais²². “Cada um traça seus itinerários cotidianos mais ou menos regulares, encadeando caminhos e lugares, tecido espacial no seio do qual se negociam as relações, se efetua a produção, se articulam as relações afetivas e de amizade, de vizinhança também” (Idem, p. 24). Desta forma, ainda segundo Tizon, “a relação individual com o espaço é ao mesmo tempo sofrida, constrangida (a dimensão espaço-tempo do território) e escolhida, desejada: cada um, segundo suas origens socioespaciais, sua posição social, seu estatuto familiar ou etário, dispõe de uma paleta mais ou menos larga de práticas que marcam profundamente suas relações com os lugares, as raízes, os novos arranjos do espaço frequentado” (Idem, p. 25).

Por meio da noção de territorialidade, a questão identitária deixa de ser uma qualidade do espaço para ser um traçado produzido pelo agente social, muito mais fluido, sem limites claros, podendo trançar-se numa rede infinita de territorialidades em disputa.

A noção de território assim, ao transpor-se para noção de territorialidade, intercambia-se não mais com a noção de lugar, mas com a ideia de percurso, de rede, ou mesmo o ator-rede de Bruno Latour ([2005] 2012)²³. Este é, por exemplo, o caminho escolhido por Vera Telles (2006)²⁴.

Na explosão-implosão da cidade (para novamente lembrar Lefebvre) a partir da perspectiva que coloca em destaque a noção de territorialidade, a cidade não se define pelos seus limites geográficos demarcados pelo espaço concebido no espaço físico, mas se define pela percepção – espaço percebido – dos vários agentes sociais que cruzam os diversos caminhos produzindo espaço e produzindo-se por meio dele cotidianamente. Traçar essas redes, mais do que demarcá-lo, passa a ser uma nova forma de conceber o território.

* * *

22- “Falo em agentes e não em sujeitos. A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos – as trocas matrimoniais, por exemplo, ou as práticas rituais – eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador: esse sistema de disposições pode ser pensado por analogia com a gramática gerativa de Chomsky – com a diferença de que se trata de disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento” (Bourdieu, [1987] 2004, p. 21).

23- “Bem sabemos que a primeira característica do mundo social é o constante empenho de algumas pessoas em desenhar fronteiras que as separam de outras; mas os sociólogos do social consideram que a principal característica desse mundo consiste em reconhecer, independentemente de quem as traça e com quais ferramentas, a existência inquestionável dessas fronteiras. (...) Portanto, a escolha é clara: ou seguimos os teóricos sociais e iniciamos a jornada determinando de início que tipo de grupo social e nível de análise iremos enfatizar, ou adotamos os procedimentos dos atores e saímos pelo mundo rastreando as pistas deixadas pelas atividades deles na formação e desmantelamento dos grupos” (Latour, [2005] 2012, p. 51).

24- “Seguir as mobilidades urbanas não é, portanto, a mesma coisa que fazer a cartografia física dos deslocamentos demográficos. Não é simplesmente fazer o traçado linear de seus percursos (pontos de partida e pontos de chegada). Tempos biográficos e tempos sociais se articulam na linha de sucessão (das genealogias familiares e suas trajetórias), mas também supõem uma espacialização demarcada pelas temporalidades urbanas corporificadas nos espaços e territórios da cidade. Espaço e tempo estão imbricados em cada evento de mobilidade, de tal modo que, mais importante do que identificar os pontos de partida e os pontos de chegada, são esses eventos que precisam ser interrogados: pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias....” (Telles e Cabanes, 2006, p. 70).

Do território associado ao espaço físico de um país, passando pela sua concepção identitária definidora de um lugar, chegamos à noção de territorialidade, muito mais fluida que a primeira. Não nos espantemos se nos deslizamentos vividos pela trajetória deste conceito nos deparamos com o desmonte pós-moderno do mundo bem circunscrito da modernidade. O risco está em, ao conceber os espaços traçados pelos fluxos, obliterarmos os que ainda permanecem aprisionados ao lugar – ainda que também eles possam desenhar suas redes – ou mesmo perdermos de vista a crítica intencionada na noção de território à economia globalizada. Resgatar percursos é também resgatar uma história de longa duração e no percurso da noção de território o que é bom manter em mira é sua origem crítica, sem a qual seguir os atores poderá ser apenas um trabalho divertido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BOURDIEU, Pierre. (A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 2005.

ELIAS, Norbert. Escritos e ensaios. Estado, processo e opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FONTENELLE, Isleide Arruda. (O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede (2012). Salvador, Bauru: Edufba, Edusc.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Editora Moraes., 1991.

LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris, Anthropos, 2000.

MÉO, Guy Di. Les territoires du quotidien. Paris, L'Harmattan, 1996.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo; Studio Nobel, 1998.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

SIMMEL, Georg. A metrópole a vida mental (1902). In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Território brasileiro: usos e abusos. Campinas, SP: Edições Territoriais, 2003.

TELLES, Vera; CABANES, Robert (Org.). Nas tramas de cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TODOROV, Tzvetan. O homem desenraizado. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 1999.

PARA LER, VER E OUVIR

Natália D'Agostin Alano²⁵

Antonio Candido – sociólogo, crítico literário e professor – nos deixou uma lição em terra: defender a literatura enquanto direito. Para o crítico literário, a criação ficcional ou poética está presente em todos nós e não há sujeito no mundo que possa viver sem ela. Por isso, entre pessoas mais ou menos escolarizadas, o espaço para a fabulação sempre será preenchido seja com novelas, cordéis, quadrinhos, livros, canções populares, sambas. Enfim, com feitura de toque artístico. Nesse sentido, assumo que a lição de Antonio Candido (2004 [1988])²⁶ ultrapassa a obra literária e alcança outras facetas das artes: o cinema, a música, as plásticas. E assim, como na máxima do ensaísta Ferreira Gullar – “a arte existe porque a vida não basta” – e tal como o pão, o trabalho, a casa, e a literatura, ela é necessária e, portanto, um direito.

Todavia, seguindo uma particular e livre releitura de Candido (2004 [1988]), enganam-se aqueles que pensam que a arte é inofensiva. Do mesmo modo que a literatura, ela pode assumir um papel formador e, por isso, conflituoso. Antonio Candido defendia que a função da obra literária (e por assim dizer, da arte) corresponde à complexidade da natureza e sobressalta três faces que operam na formação humana. Tratam-se da organização em que a mensagem é transmitida, fator capaz de sistematizar nossa própria mente, sentimentos e visões de mundo; das emoções expressas, que nos ensinam a também exprimi-las e senti-las; e do conhecimento manifestado, que nos tensiona e nos conduz a um repertório mais amplo.

25- Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2015). Mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018).

26- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. Vários escritos. 4ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191.

Dentre essas três faces, é a primeira – a que se refere à organização –, que Candido (2004 [1988]) assume como a mais importante. Pois, para o crítico, muito daquilo que é considerado literatura de qualidade, depreende da maneira com que o autor expõe e expressa determinado conteúdo. É daí que saltam as faces da emoção e do conhecimento. E é nesse sentido que questionamos: “como” a cidade se manifesta em determinadas obras literárias, fotográficas, filmicas ou musicais?

A escritora, catadora e favelada, Carolina Maria de Jesus – “descoberta” pelo jornalista Audálio Dantas no final dos anos 1950, quando realizava uma série de reportagens em favelas da capital paulistana com ordens de despejo –, casualmente e através de seus diários mostrou outras representações do processo de urbanização de São Paulo. Carolina, que em vida também compôs alguns sambas, buscava na escrita um amparo de dignidade e uma válvula para suportar o que para ela era o pior lugar de se viver: a antiga favela do Canindé. Por isso, podemos perceber que em sua narrativa não havia a intenção de analisar a cidade paulistana e nem torná-la objeto central. Essa despretensão sobre o tema, ou melhor, essa ingenuidade, segundo Richard Sennett (2018, s/p)²⁷, pode alcançar maiores objetivos sociológicos do que a demasiada intencionalidade da ciência. Quer dizer: “La escritura más social es la que es menos socialmente consciente”. Dessa maneira e a sua maneira, é possível dizer que a obra de Carolina é capaz de suscitar, a quem lê, perturbação e aprendizado.

Howard Becker, também sociólogo e em visão similar à Sennett (2018), publica ainda em 2007 o livro *Falando de Sociedade*. Nesta obra, Becker (2009)²⁸ se esforça em apresentar às pessoas em geral – e não apenas a cientistas sociais –, que a fotografia e a literatura podem ir além da experiência emocional e serem utilizadas como verdadeiras fontes de conhecimento.

O pressuposto de Becker (2009) é que a ciência por si só não basta. Isto é, arquitetos, geógrafos, urbanistas e/ou pesquisadores de áreas afins podem facilmente falar sobre cidade. Mas, sempre será uma descrição parcial adequada a algum objetivo. Já na literatura, no cinema, e/ou na música, embora possam conter uma “análise social” e/ou “urbana”, não quer dizer que isso seja “tudo”. Do mesmo modo e em certa medida, muitas criações de toque poético dependem – fundamentalmente – de algum conteúdo relativo à vida social e/ou urbana (BECKER, 2009). Para este argumento, lembramos de obras como o livro *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus (1960); a composição *Construção*, de Chico Buarque (1971), e o filme *A marvada carne*, de André Klotzel (1985). Enfim, podemos recorrer a uma série de produções artísticas que podem nos auxiliar dentro e fora das salas de aula. Produções que, acima de tudo, ajudam-nos a entender

27- SENNETT, Richard. *Los trabajos y los días*. Argentina: Página12. Entrevista concedida à Carla del Cueto, 2018. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/126897-los-trabajos-y-los-dias>> Acesso em: jul. 2019.

28- BECKER, Howard. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

aquilo que Paulinho da Viola²⁹ – há muito – tem dito: “as coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender”.

Por essas e por outras razões, lançamos mão de uma sequência de obras literárias, ensaios, poemas, filmes e músicas que, de uma maneira ou de outra, abordam questões próximas às estudadas neste curso. A lista compreende uma ordem cronológica de produção para “ler, ver e ouvir”, e que pode ser conferida a seguir.



Cena do filme *A marvada carne*, de André Klotzel – 1985.

29- *Coisas do mundo minha nêga*. Paulinho da Viola (1968).

PARA LER

STEINBECK, John. As vinhas da ira. Trad. Ernesto Vinhaes e Herbert Caro. São Paulo: Abril Cultural, 1972 [1939].

POE, Edgar A. O Homem da multidão. Tradução de Dorothée de Bruchard. Edição Bilíngüe. Porto Alegre: Paraula, 1993 [1840].

BAUDELAIRE, Charles. Os olhos dos pobres. In: BAUDELAIRE, Charles. O Esplim de Paris: Pequenos Poemas em Prosa. Tradução: Oleg Almeida. São Paulo: Martin Claret, 2010 [1855–1864].

AZEVEDO, Aluísio de. O cortiço. São Paulo: Abril Cultura, 1981 [1890].

MORRIS, William. Notícias de Lugar Nenhum: ou uma era de tranquilidade. Trad. Paulo Cesar Castanheira. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002 [1892].

RIO, João. A alma encantadora das ruas. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951 [1908].

ANDRADE, Mário de. Pauliceia desvairada [1922]. Lira paulistana. In: _____. Poesias completas. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1987.

ANDRADE, Oswald de. Pobre alimária. In: _____. Obras completas. V. 7 – Poesias reunidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971 [1925].

MACHADO, Antônio Alcântara. Brás, Bexiga e Barra Funda. São Paulo: IMESP/DAESP, 1982 [1927].

AMADO, Jorge. Capitães de Areia. Rio de Janeiro: Record, 2002 [1937].

CORTÁZAR, Julio. Ônibus [Omnibus]. In: _____. Bestiário. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 [1951].

BRECHT, Bertolt. Perguntas de um trabalhador que lê. In: _____. Poemas. (1913-1956). Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: 2000. p. 166.

MORAES, Vinícius de. O operário em construção. In: _____. MORAES, Vinícius de. O operário em construção e outros poemas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990 [1959].

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo – Diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014 [1960].

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1961].

TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Rua Augusta. São Paulo: Martins, 1968[1962].

CORTÁZAR, Júlio. A autoestrada do sul. In: Todos os fogos o fogo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 1-28 [1966].

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1972].

BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. Gota D'água. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 [1975].

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Não verás país nenhum. São Paulo: Global, 2008 [1981].

GALEANO, Eduardo. A origem do mundo. In: _____. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM, 1997 [1989].

LINS, Paulo. Cidade de Deus. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1997].

RUFFATO, Luiz. Eles eram muitos cavalos. Rio de Janeiro: Record, 2007 [2001].

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Belo Horizonte: Mazza, 2003

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Florianópolis: Mulheres, 2013 [2006].

CARVALHO, Bernardo. O sol se põe em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ORWELL, George. Os dias são sempre iguais. In: _____. Como morrem os pobres e outros ensaios. Seleção de textos João Moreira Salles e Matinas Suzuki Jr.; tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FERRÉZ. Deus foi almoçar. São Paulo: Planeta, 2012.

ALMEIDA, Lutero P. Da Providência à Cidade do Espelho: a arquitetura e urbanismo como máquina de desejo da cidade. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regional, v. 16, n. 1, p. 51-65, 2014. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4756/4623>>. Acesso em: 29jul. 2019.

ROVATI, João Farias. Buenos Aires: tão perto, tão longe. In: ROLNIK, Raquel; FERNANDES, Ana (Org.). Cidades. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

PARA VER

Metrópolis (Alemanha/1927, 153 min) – Drama/Fantasia. Direção: Fritz Lang. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Vnp_TAB52AI (legendado) Acesso em: 29 de jul. de 2019.

As vinhas da ira (EUA/1940, 129 min) – Drama. Direção: John Ford.

Cinco vezes favela (Brasil/1962, 92 min) – Drama/Curtas. Direção: Cacá Diegues, Leon Hirszman, Joaquim Pedro de Andrade, Miguel Borges, Marcos Farias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CzleBFpyyvc> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

São Paulo Sociedade Anônima (Brasil/1965, 107 min) – Drama. Direção: Luís Sérgio Person. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ns-LPKhz_AE Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Feios, sujos e malvados (Itália/1976, 115 min) – Drama/Comédia. Direção: Ettore Scola.

O homem que virou suco (Brasil/1981, 97 min) – Drama. Direção: João Batista de Andrade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FF70tq8QSS4> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Eles não usam black-tie (Brasil/1981, 123 min) – Drama. Direção: Leon Hirszman. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uzl2K1bDRog> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

A marvada carne (Brasil/1985, 87 min) – Comédia. Direção: André Klotzel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6JPdIpFRO74> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Caro diário (Itália/1994, 101 min) – Drama/Comédia. Direção: Nanni Moretti.

O Show de Truman (EUA/1998, 103 min) – Drama/Fantasia. Direção: Peter Weir.

Cronicamente Inviável (Brasil/2000, 101 min) – Drama. Direção: Sérgio Bianchi.

Domésticas (Brasil/2001, 90 min) – Drama/Comédia. Direção: Fernando Meirelles, Nando Olival. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=suTK4Ms5iPA> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Cidade de Deus (Brasil/2002, 135 min) – Drama. Direção: Fernando Meirelles, Kátia Lund.

Edifício Master (Brasil/2002, 110 min) – Documentário. Direção: Eduardo Coutinho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6p7cic-LhyQ> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Carandiru: O Filme (Brasil/2003, 148 min) – Drama/Policial. Direção: Héctor Babenco.

Quanto vale ou é por quilo? (Brasil/2005, 104 min) – Drama. Direção: Sérgio Bianchi. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2NEcwzvbNOK> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

O cárcere e a rua (Brasil/2005, 80 min) – Drama político. Direção: Liliana Sulzbach. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fr3bly9FIOo> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Bem-vindo a São Paulo (Brasil/2007, 100 min) – Documentário. Direção: Kiju Yoshida, Phillip Noyce, Wolfgang Becker e mais 15 diretores. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YSPaUhSQT1I&t=297s> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Querô (Brasil/2007, 88 min) – Drama. Direção: Carlos Cortez. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gZ0QwjeM1sl> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Entre Rios (Brasil/2009, 25 min) – Documentário/Curta. Direção: Caio Silva Ferraz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNlc> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Um lugar ao sol (Brasil/2009, 81 min) – Documentário. Direção: Gabriel Mascaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pOH5SWK6Mcc> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

O homem ao lado (Argentina/2009, 110 min) – Drama/Thriller. Direção: Mariano Cohn e Gastón Duprat. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LmrwVC_UsS8 (legendado) Acesso em: 29 de jul. de 2019.

5x favela, agora por nós mesmos. (Brasil/2010, 100 min) – Drama/Comédia. Direção: Cacau Amaral, Rodrigo Felha, Cadu Barcelos, Luciano Vidigal, Manaira Carneiro, Wagner Novais, Luciana Bezerra

Medianeras: Buenos Aires da era do amor virtual (Argentina/2011, 92 min) – Comédia/Drama. Direção: Gustavo Taretto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yrleDFRbwkE> (legendado) Acesso em: 29 de jul. de 2019.

O som ao redor (Brasil/2012, 131 min) – Drama/Suspense. Direção: Kleber Mendonça Filho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RE5jPFWDlis> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Elefante Branco (Argentina, França, Espanha/2012, 120 min) – Thriller/Drama. Direção: Pablo Trapero.

Detropia (EUA/2012, 91 min) – Documentário. Direção: Heidi Ewing, Rachel Grady. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mdRSD7jKmC0&t=5401s> (legendado) Acesso em: 29 de jul. de 2019.

O menino e o mundo (Brasil/2013, 95 min) – Aventura/Animação. Direção: Alê Abreu. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQBJnMqxO6U> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Branco sai, preto fica (Brasil/2014, 93 min) – Documentário. Direção: Adirley Queirós. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n-alq-6ehYE> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Que horas ela volta? (Brasil/2015, 114 min) – Drama/Comédia. Direção: Anna Muylaert. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xJ40jj_uDqk Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Aquarius (Brasil/2016, 156 min) – Drama. Direção: Kleber Mendonça Filho.

Eu, Daniel Blake (EUA/2016, 100 min) – Drama. Direção: Ken Loach. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=129PJlj-q6E> (dublado) Acesso em: 29 de jul. de 2019.

Paterson (EUA, França, Alemanha/ 2016, 118 min) – Drama/Comédia/Romance. Direção: Jim Jarmusch.

Era o Hotel Cambridge (Brasil/2016, 99 min) – Drama. Direção: Eliane Caffé.

Visages, villages (França/2017, 94 min) – Documentário. Direção: Agnès Varda, JR.

Projeto Flórida (EUA/2017, 115 min) – Comédia/Drama. Direção: Sean S. Baker.

Arábia (Brasil/2017, 97 min) – Drama. Direção: Affonso Uchoa, João Dumas.

Lazzaro Felice (Itália, França, Suíça, Alemanha/2018, 130 min) – Drama. Direção: Alice Rohrwacher.

Temporada (Brasil/2018, 113 min) – Drama. Direção: André Novais Oliveira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nkrgTaEP2Zg> Acesso em: 29 de jul. de 2019.

PARA OUVIR

O trem atrasou. Composição: Paquito/ E. Silva/ A. Vilarinho, 1941.

Interpretação: Demônios da Garoa - <https://www.youtube.com/watch?v=d3khCyfejSw>

Chico Brito. Composição: Wilson Batista, 1949. Interpretação: Paulinho da Viola - <https://www.youtube.com/watch?v=OS1ddzWLesw>

Pedreiro Waldemar. Composição: Wilson Batista e Roberto Martins, 1949. Interpretação: Blecaute - <https://www.youtube.com/watch?v=eEQit02liw8>

Saudosa maloca. Composição e Interpretação: Adoniran Barbosa, 1951 – <https://www.youtube.com/watch?v=OrQIMUe2uBQ>

Abrigo de vagabundos. Composição e Interpretação: Adoniran Barbosa, 1959 - <https://www.youtube.com/watch?v=0OQmp5ZJPRc>

Pedro pedreiro. Composição e interpretação: Chico Buarque, 1965 - <https://www.youtube.com/watch?v=ukyJzG9lePI>

Favela. Composição: Pandeirinho e Jorge Pessanha, 1966. Interpretação: Tatinho da Mangueira - <https://www.youtube.com/watch?v=A2shNcPHs9M>

São, São Paulo. Composição e interpretação: Tom Zé, 1968 - <https://www.youtube.com/watch?v=T5GgLIHzlgw>

Parque Industrial. Composição e interpretação: Tom Zé, 1968 - <https://www.youtube.com/watch?v=A3UP4JUVoms>

Despejo na favela. Composição e interpretação: Adoniran Barbosa, 1969 - <https://www.youtube.com/watch?v=0NCvDg6E3JQ>

Pequeno burguês. Composição e interpretação: Martinho da Vila, 1969 – <https://www.youtube.com/watch?v=7EW-u-O190g>

Sinal fechado. Composição e interpretação: Paulinho da Viola, 1969 - <https://www.youtube.com/watch?v=jFhXCd2Z7k8>

Construção. Composição e interpretação: Chico Buarque, 1971 - <https://www.youtube.com/watch?v=P7mHf-UCZp0>

A briga do Edifício Itália com o Hilton Hotel. Composição e interpretação: Tom Zé, 1972 - <https://www.youtube.com/watch?v=3OvDIPG5fr4>

Comportamento geral. Composição e Interpretação, 1972 - <https://www.youtube.com/watch?v=RLxQ1UyHDD4>

Augusta. Composição e interpretação: Tom Zé, 1973 - <https://www.youtube.com/watch?v=CYaAFwFxSp8>

De frente pro crime. Composição: João Bosco e Aldir Blanc, 1975. Interpretação: João Bosco - <https://www.youtube.com/watch?v=xkAGtz8IKDw>

São Paulo, São Paulo. Composição e interpretação: Premeditando o Breque, 1976 - <https://www.youtube.com/watch?v=10Rg-orxA-l>

Fotografia 3x4. Composição e interpretação: Belchior, 1976 - <https://www.youtube.com/watch?v=UyYH1biSIBY>

Refavela. Composição e interpretação: Gilberto Gil, 1977 - <https://www.youtube.com/watch?v=J59abasyRFs>

Vaso ruim não quebra. Composição: João Bosco, Aldir Blanc. Interpretação: João Bosco, 1977 - https://www.youtube.com/watch?v=_HFQZ5ii3HQ

Pivete. Composição: Chico Buarque e Francis Hime. Interpretação: Chico Buarque, 1978 - <https://www.youtube.com/watch?v=YAOGkfyVi9o>

Minha gente do morro. Composição: Jaime/Candeia. Interpretação: Clara Nunes, 1979 - <https://www.youtube.com/watch?v=OuZ0Q0OWsy4>

Torresmo à milanesa. Composição e interpretação: Adoniran Barbosa; Carlinhos Vergueiro, 1980 - <https://www.youtube.com/watch?v=rUBIVymZOcs>

A cidade contra o crime. Composição e interpretação: Gonzaguinha, 1980 - <https://www.youtube.com/watch?v=zA4HA1zwe1o>

A Violeira. Composição: Tom Jobim, Chico Buarque, 1983. Interpretação: Mônica Salmaso - https://www.youtube.com/watch?v=wAR_G0x7N6o

João sem-terra. Composição e interpretação: Cenair Maicá, 1985 - <https://www.youtube.com/watch?v=b0KuGKQSqm8>

Encontros e Despedidas. Milton Nascimento / Fernando Brant, 1985. Interpretação: Milton Nascimento - <https://www.youtube.com/watch?v=FiLYn6Xkn8U>

Encontro da paisagem. Composição e interpretação: Nelson Sargento, 1986 - <https://www.youtube.com/watch?v=KAgb7KpS-cs>

Corações marginais. Composição e interpretação: Gonzaguinha, 1988 - <https://www.youtube.com/watch?v=t24lrT4UQvQ>

Sampa. Composição e interpretação: Caetano Veloso, 1992 - <https://www.youtube.com/watch?v=li2CKWHJQI8>

Fim de semana no parque. Composição: Mano Brown, 1993. Interpretação: Racionais Mc's - <https://www.youtube.com/watch?v=37uL-WfTBx0>

A cidade. Composição: Chico Science, 1994. Interpretação: Nação Zumbi - https://www.youtube.com/watch?time_continue=51&v=UVab41Zn7Yc

Assentamento. Composição e interpretação: Chico, Buarque, 1997 - <https://www.youtube.com/watch?v=jDLjFJh1zPM>

Samba do Approach. Composição: Zeca Baleiro, 1999. Interpretação: Zeca Baleiro e Zeca Pagodinho - <https://www.youtube.com/watch?v=x7BVUxDw9H4>

Paulista. Composição: Eduardo Gudine e J.C. Costa Neto, 2001. Interpretação: Eduardo Gudine e Notícias Dum Brasil - <https://www.youtube.com/watch?v=qzMmmBDhBkl>

São Paulo, mãe madrinha. Composição: Elzo Augusto. Interpretação: Germano Mathias, 2002 - <https://www.youtube.com/watch?v=vdH9awTFkZ4>

Nomes de favela. Composição e interpretação: Paulo Cesar Pinheiro, 2003 - <https://www.youtube.com/watch?v=r5FdlGzJT6A>

Castelo de Madeira. Composição: Demis Preto Realista, 2005. Interpretação: A Família - https://www.youtube.com/watch?time_continue=90&v=EcXPEQS8co4

O subúrbio. Composição e interpretação: Chico Buarque, 2006 - <https://www.youtube.com/watch?v=CZI0JoKTM-k>

Peão de obra. Composição: Wilson das Neves e Paulo Cesar Pinheiro, 2013. Interpretação: Wilson das Neves - <https://www.youtube.com/watch?v=UtHUI2zvLnQ>

Não existe amor em SP. Composição e interpretação: Criolo, 2011 - <https://www.youtube.com/watch?v=f35HluEYpDs>

Fermento pra massa. Composição e interpretação: Criolo, 2014 - <https://www.youtube.com/watch?v=yD631f4zh9g>

Duas cidades. Composição: Marcelo Seco e Russo PassaPusso, 2016. Interpretação: BaianaSystem - <https://www.youtube.com/watch?v=f7CESdW3xil>

As caravanas. Composição e interpretação: Chico Buarque, 2017 - <https://www.youtube.com/watch?v=6TtjniGQqAc>





A series of horizontal dotted lines spanning the width of the page, providing a guide for handwriting practice.



A series of horizontal dotted lines spanning the width of the page, intended for writing. There are 20 lines in total, evenly spaced from the top to the bottom of the page.



A series of horizontal dotted lines spanning the width of the page, providing a guide for handwriting practice. The lines are evenly spaced and extend across the entire width of the writing area.



A series of horizontal dotted lines spanning the width of the page, intended for writing. There are 20 lines in total, evenly spaced from the top of the writing area to the bottom.



A series of horizontal dotted lines spanning the width of the page, intended for writing. There are 20 lines in total, evenly spaced from the top of the writing area to the bottom.



A series of horizontal dotted lines spanning the width of the page, intended for writing. There are 20 lines in total, evenly spaced from the top of the writing area to the bottom.

LUÍS FELIPE AIRES MAGALHÃES

Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, e pesquisador no Observatório das Metrópoles de São Paulo (PUC-SP) e no Observatório das Migrações em São Paulo (Unicamp).

LÚCIA BÓGUS

Socióloga, professora titular do Departamento de Sociologia da PUC-SP e coordenadora do Observatório das Metrópoles, núcleo São Paulo.